

Paixão
pelas pessoas



Banco **BNI**
Banco de Negócios Internacional



BNI. PAIXÃO PELAS PESSOAS.

São as Pessoas que fazem a diferença no BNI. Cada Cliente, cada Colaborador, cada parceiro, contribui de forma única para os resultados do BNI. É a paixão que temos pelo sucesso das pessoas que faz crescer o futuro do Banco BNI.

Índice

A importância das relações

01. Mensagem do Presidente	08
02. Principais Indicadores	10
03. Banco de Negócios Internacional	12

O valor da proximidade

04. Estrutura Orgânica	16
05. Marcos Históricos	18
06. Presença Geográfica e Rede de Balcões	20

O rigor dos gestos

07. Áreas de Negócios	24
08. Canais de Distribuição	26
09. Áreas de apoio ao Negócio	29
10. Gestão de Riscos	37

A transparência dos procedimentos

11. Enquadramento Regulamentar	44
12. Envolvente Económica e Financeira	47
13. Análise Financeira	57
14. Demonstrações Financeiras	68
15. Parecer Auditoria	126
16. Parecer Conselho Fiscal	128



A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES

- 01. Mensagem do Presidente
- 02. Principais Indicadores
- 03. Banco de Negócios Internacional

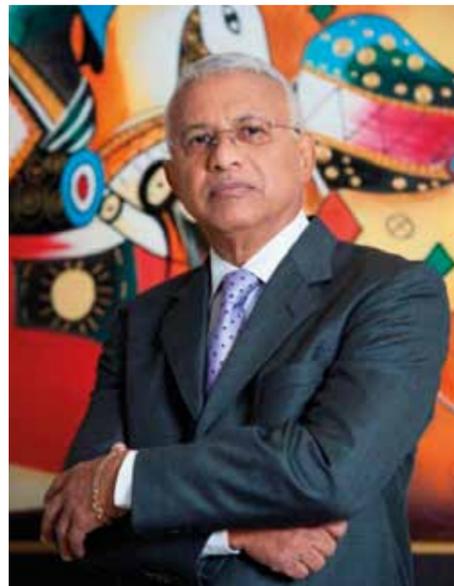
01. Mensagem do Presidente

Conjuntura Económica

Em 2012 Angola foi considerada a terceira maior economia da África sub-sahariana, com um PIB estimado em USD 114 mil milhões, tendo sido o segundo maior produtor de petróleo na referida região, depois da Nigéria, com uma produção que situou-se em 1,8 milhões de barris por dia. As reformas fiscais, a política monetária em curso desde 2009 e os elevados preços do petróleo, suportaram o crescimento macro-económico. Foram feitos progressos na reconstrução do País e o Executivo continua a priorizar os investimentos em infra-estruturas, para acompanhar tal desafio.

Assistiu-se igualmente ao crescimento do sector não petrolífero, alavancado pela forte intensificação do programa de investimentos públicos, destinados à conclusão dos projectos de construção e de melhoria das infra-estruturas básicas. Foi também criado o Fundo Soberano de Angola, com o objectivo de promover o desenvolvimento sócio-económico do País, com um valor de USD 5 mil milhões de activos sob-gestão, destinados a investimentos em Angola e no exterior.

Transversalmente, o Governo fez progressos na introdução de legislação, nomeadamente a dirigida a encorajar o incremento do sector privado, em simultâneo com reformas macro-económicas, destacando-se o Programa Angola Investe, cujo principal objectivo é criar e fortalecer as micro, pequenas e médias empresas, tornando-as capazes de gerar emprego e contribuir para o desenvolvimento do País.



Mário Palhares, Presidente do Conselho de Administração

Política Monetária

Assistiu-se à estabilização das taxas de câmbio e à baixa das taxas de juro, que têm vindo a diminuir gradualmente, com os Títulos do Tesouro a 3 meses a caírem de 24% em Fevereiro de 2010, para 5,2% em Fevereiro de 2013. A LUIBOR, introduzida em Outubro de 2011 a uma taxa de 10,5% situava-se em Janeiro de 2012 em 10,25%, tendo baixado para 10,00% em Janeiro de 2013.

No final de 2012 a taxa de inflação, beneficiada pela estabilidade da moeda nacional e de uma política fiscal mais rígida, atingiu o nível histórico de um só dígito - 9,8%.

Verificou-se igualmente o aumento das reservas internacionais líquidas, situadas em USD 32.020 milhões e correspondendo a 7,3 meses de importações, estimando-se para 2013 o aumento das referidas reservas para USD 40.300 milhões.

Sector Bancário

O sector bancário detém hoje um papel mais significativo na economia de Angola, dispondo de um grau de cobertura da Rede Bancária de 1.155 agências, distribuídas por 22 Bancos, tendo o crédito em moeda nacional (AOA) atingido 53,4% da carteira. O novo regime cambial do sector petrolífero (Lei 02/2012) poderá desenvolver o sistema financeiro e vir a permitir um aumento da circulação de moeda nacional e uma maior integração do sector petrolífero na economia, contribuindo assim para a solidez dos Bancos e para a sua consolidação.

Banco BNI

O Banco terminou o exercício de 2012 com um total de activos de USD 1.692.075 milhares, o que, para o período homólogo de 2011, representa um crescimento de 40,1%.

Os recursos totais de Clientes situaram-se em USD 1.306.516 milhares tendo os fundos próprios regulamentares crescido 32,5% em relação a 2011, situando-se agora em USD 220.730 milhares, sendo o rácio de solvabilidade de 14,7%.

O resultado líquido do exercício de 2012 atingiu o montante de USD 35.404 milhares, perfazendo um crescimento de 4,9% em relação ao exercício anterior.

O 6º ano de actividade do Banco fica marcado pelo *Rebranding*, visando um novo posicionamento estratégico em termos de Imagem, pela inauguração da Nova Sede Social albergando todos os Serviços Centrais e permitindo novas condições de funcionamento para os nossos Colaboradores e de atendimento, para os nossos Clientes.

Em 2012 prosseguimos as acções de formação interna, visando uma melhor preparação dos nossos Quadros, tendo o número de Colaboradores crescido 22,6%.

A nossa actual penetração em 13 Províncias do País atingiu um total de 62 balcões, perspectivando-se já no exercício de 2013 a cobertura total das três restantes Províncias onde ainda não estamos presentes, o que, prosseguindo a nossa política de implantação junto dos nossos Clientes, significa ultrapassar os 70 balcões.

Para o ano de 2013 colocam-se alguns desafios, dos quais destacamos a contínua formação dos nossos Quadros, intensificada pelo lançamento de uma plataforma de *e-learning*, o desenvolvimento e segmentação dos cartões de crédito e débito com a aposta em cartões *co-branded*, que nos permitirão criar novas sinergias com diversas empresas, aumentando assim as possibilidades de *cross-selling*. As novas tecnologias serão igualmente objecto de atenção da nossa parte, com a aposta em *sms banking* e no desenvolvimento das opções da nossa plataforma de *internet banking*, criando condições para aumentar a adesão de novos Clientes.

Continuaremos a prestar a nossa melhor atenção à entrada de novos parceiros no Mercado Financeiro Angolano e equacionaremos as várias alternativas, em termos de parcerias futuras que se nos venham a colocar, visando o nosso crescimento sustentado.

Apostaremos igualmente em acções de Responsabilidade Social, com apoios à infância, através de patrocínios a escolas e aos cidadãos Seniores mais carenciados, através de patrocínios a Lares de Terceira Idade.

Finalmente, os meus agradecimentos aos nossos Clientes, que continuaram a acreditar em nós, aos nossos Accionistas por nos apoiarem neste percurso e aos Colegas do Conselho de Administração e a todos os Colaboradores do Banco pela dedicação com que se empenham neste projecto em contínuo crescimento.

Mário A. Palhares

Presidente do Conselho de Administração

02. Principais Indicadores

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Activo Líquido	162 144 578	1 692 075	115 716 592	1 214 463
Activo Líquido Ponderado	124 373 377	1 297 910	102 263 400	1 073 270
Fundos Próprios	19 209 899	200 466	16 537 582	173 565
Fundos Próprios Regulamentares (1)	21 151 671	220 730	15 959 219	167 494
Crédito Total	75 825 141	791 280	62 014 565	650 852
Recursos Totais (2)	130 376 721	1 360 559	96 590 261	1 013 729
Margem Financeira	5 684 889	59 572	5 425 326	57 781
Margem de Trading	2 152 678	22 558	2 138 575	22 776
Margem de Serviços	2 317 226	24 282	2 086 802	22 225
Produto Bancário	10 154 793	106 412	9 650 703	102 782
Custos de Estrutura	6 029 255	63 181	4 447 747	47 369
Cash Flow	4 369 351	45 786	5 575 756	59 383
Resultado Líquido do Exercício	3 378 526	35 404	3 220 695	34 301

	2012	2011
Rendibilidade do Activo Total (ROA)	2,08%	2,78%
Rendibilidade dos Fundos Próprios (ROE)	15,97%	20,18%
Cost-To-Income	58,32%	44,28%
Rácio de Solvabilidade	14,73%	14,79%
Crédito Vencido/Crédito Total	2,64%	4,82%
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões	102,55%	72,78%
Custo do Risco	2,70%	3,51%
Rácio de Transformação (3)	59,96%	68,95%
Nº de Colaboradores	569	464
Nº de Centros de Negócios	6	6
Nº de Balcões	56	44
Nº de Clientes	95 896	60 669

(1) Fundos Próprios calculados de acordo com o instrutivo do BNA;
(2) Rubrica composta por Recursos de Clientes, Instituições,
Responsabilidade por títulos e Recursos de outras entidades;
(3) Rácio de Transformação inclui Depósitos de Clientes e outras
Captações.

03. Banco de Negócios Internacional

Órgãos Sociais

Mesa de Assembleia-Geral

Presidente
João de Matos

Vice-Presidente
Mário Dias

Conselho Fiscal

Presidente
Luís Manuel Neves

Vogal
Licínio de Assis

Vogal
Dina Maria Leote de Oliveira

Conselho de Administração

Presidente
Mário A. Palhares

Vice-Presidente
José Boyol

Administrador
Joaquim Nunes

Administrador
Carlos Rodrigues

Administrador
Sandro Africano

Auditores

KPMG – Auditores e Consultores, SARL

Missão, Estratégia, Valores e Responsabilidade Social

Visão

O BNI posiciona-se como um Banco moderno, ágil e próximo dos Clientes, apostando no profissionalismo do Serviço a prestar, tanto no universo Empresarial como no Particular, criando soluções que contribuam para o sucesso das iniciativas dos seus Clientes, numa abordagem de rigor, na gestão de capital e de custos.

Missão

Criar valor para os Clientes, através de produtos e serviços que permitam aumento de rentabilidade, permitindo o retorno do investimento para os Accionistas, através do crescimento do Banco e estabilidade financeira, que proporcione melhoria de condições para os Colaboradores, baseados em princípios de transparência e coerência da identidade corporativa, mantendo estáveis e rigorosos padrões de conduta.

Valores

Enfoque no Cliente – Procuramos criar produtos centrados nas necessidades dos nossos Clientes e que respondam às suas expectativas de sucesso.

Confiança – Desenvolvemos relações de futuro, ancoradas na confiança dos nossos Clientes, o activo mais importante que devemos gerir, e na transparência e rigor dos nossos actos.

Ética e Responsabilidade – Actuamos com responsabilidade e consciência. Todas as nossas acções são dirigidas para a garantia da sustentabilidade empresarial e para a melhoria das condições de vida dos nossos Clientes, construindo um futuro melhor para todos.

Excelência – Distinguimo-nos na forma como intervimos no ciclo económico onde nos inserimos, estamos vocacionados para a inovação, embora persistindo na manutenção dos produtos e serviços tradicionalmente mais adequados à nossa carteira de Clientes.

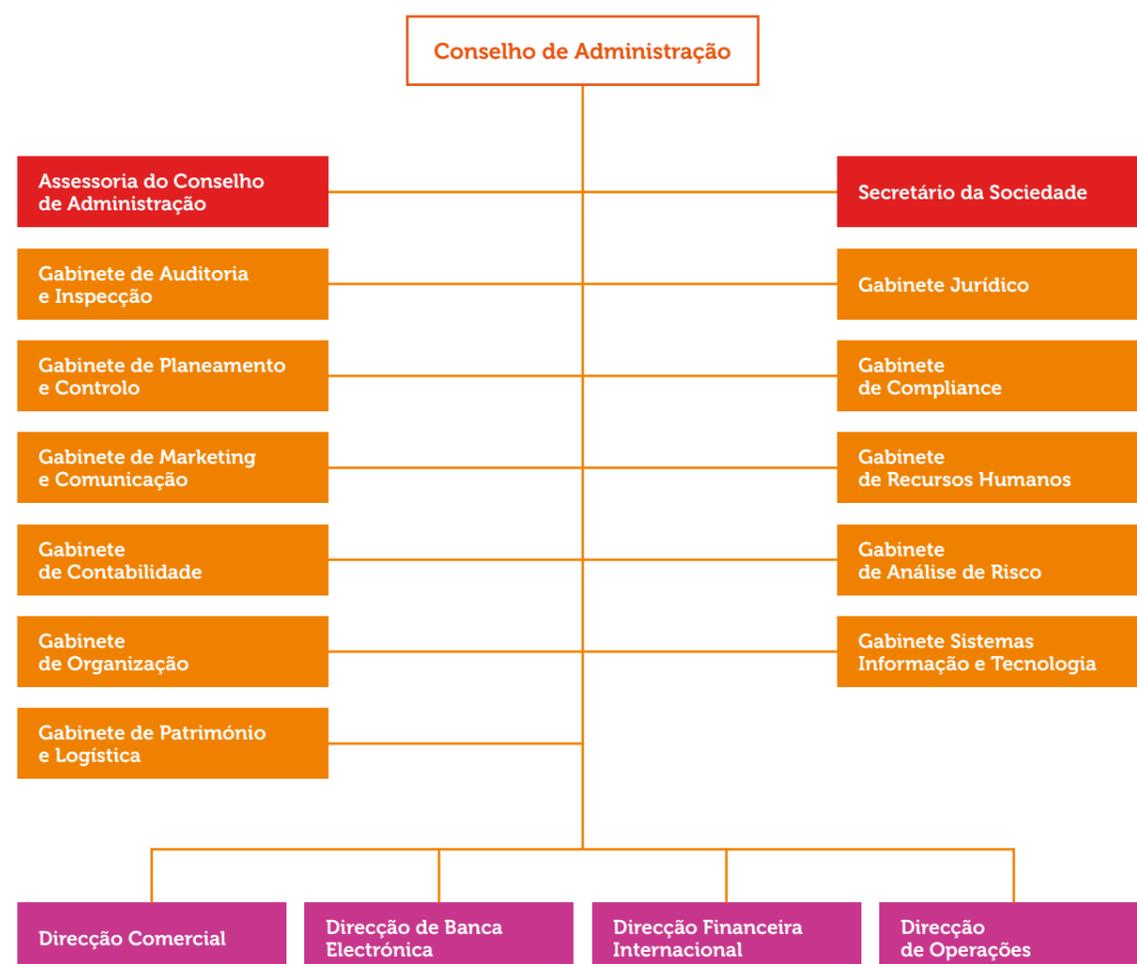
Respeito e Solidariedade – Respeitamos as pessoas e as instituições e assumimos um papel responsável no universo onde nos inserimos, criando condições para contribuir para o bem comum, participando na construção de um mundo mais justo e solidário.



O VALOR DA PROXIMIDADE

- 04. Estrutura Orgânica
- 05. Marcos Históricos
- 06. Presença Geográfica e Rede de Balcões

04. Estrutura Orgânica



05. Marcos Históricos



Nova Sede BNI

2006

Criação do Banco de Negócios Internacional.

2007

Abertura do primeiro Centro de Negócios;

Criação da Marca Rede Expresso 24 para tender ao segmento de retalho;

O Banco celebrou com o Fortis Bank um acordo de parceria para o desenvolvimento de novos produtos financeiros;

Linha de crédito com o Deutsche Bank (USD 500 000 milhares), destinada a financiar projectos de infra-estruturas;

Linha de crédito com o Fortis Bank (USD 50 000 milhares);

Celebração de acordo com o BDA para comercialização, através da nossa rede de balcões, os serviços e produtos do BDA;

O Banco de Negócios Internacional celebrou um acordo de exclusividade para Angola com a Master Card, em que o Banco fez a emissão e acquiring de cartões de crédito Master Card.

2008

O Banco de Negócios Internacional é aprovado como Member VISA e Acquiring POS;

O Banco faz a emissão do primeiro do cartão de débito VISA electron em Kwanzas no País;

Acordo assinado entre o BNI e GA Seguros – parceria cross-selling para venda seguros;

Aprovação do aumento de Capital Social do Banco (USD 20.000 milhares);

Abertura de balcões nas seguintes províncias: Benguela, Huila, Cunene, Zaire.

2009

Emissão do cartão de débito pré-pago VISA Kwanza, o primeiro cartão pré-pago em moeda nacional no País;

Abertura de balcões nas seguintes províncias: Cabinda, Kwanza Sul.

2010

Novo aumento do Capital Social (USD 20.000 milhares);

Emissão de obrigações subordinadas (USD 50.000 milhares);

Continuação do programa de expansão da rede balcões.

2011

Participação no Sindicato do Sindicato Bancário do financiamento da TAAG, para a aquisição de novas aeronaves;

Licença para operar em Portugal;

Atingiu-se a meta de 50 Balcões;

Adesão ao programa "Bankita" e fomento habitacional.

2012

Rebranding, o Banco adopta nova imagem, nova identidade e novo logotipo.

Inauguração da nova Sede do Banco;

Criação de protocolo com a Hertz, abrangendo todos os cartões gold VISA e Mastercard, oferecendo descontos e vantagens aos Clientes no aluguer de um carro no mundo inteiro;

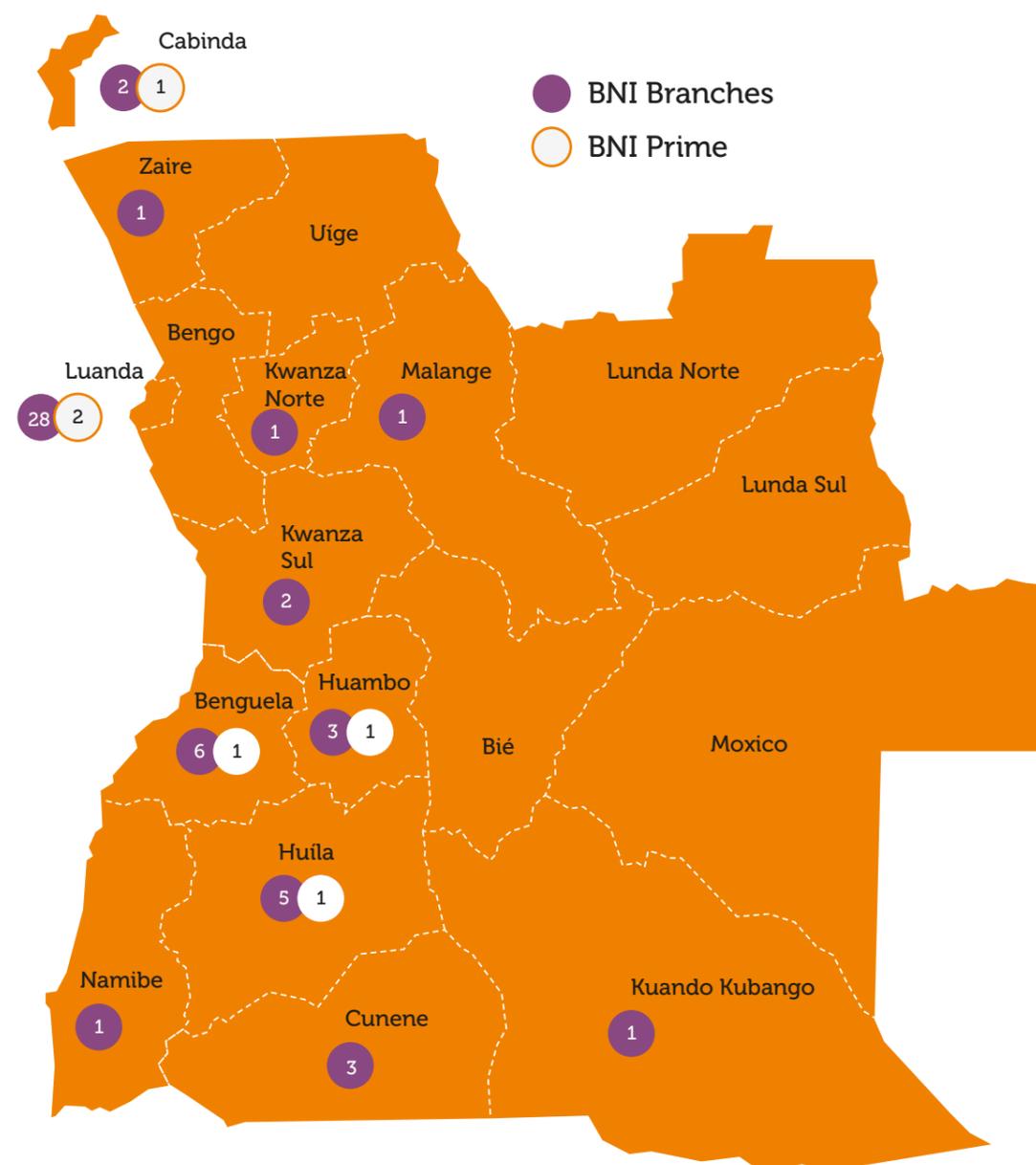
Criação de um cartão Mastercard de débito co-branded TAAG-BNI, o primeiro cartão co-branded existente em Angola;

Celebração de parceria junto do Executivo Angolano no programa denominado Angola Investe visando o financiamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas dos sectores prioritários da economia nacional.

06. Presença Geográfica e Rede de Balcões

O BNI é um Banco jovem, que opta por uma política de crescimento sustentado. No final de 2012 registou um total de 62 Balcões (mais 12 que em 2011), dos quais 6 Centros de Negócios a funcionar em 13 Províncias do País.

Em Luanda, o Banco opera com 2 Centros de Negócios e 28 Agências.





O RIGOR DOS GESTOS

- 07. Áreas de Negócios
- 08. Canais de Distribuição
- 09. Áreas de Apoio ao Negócio
- 10. Gestão de Riscos

07. Áreas de Negócios

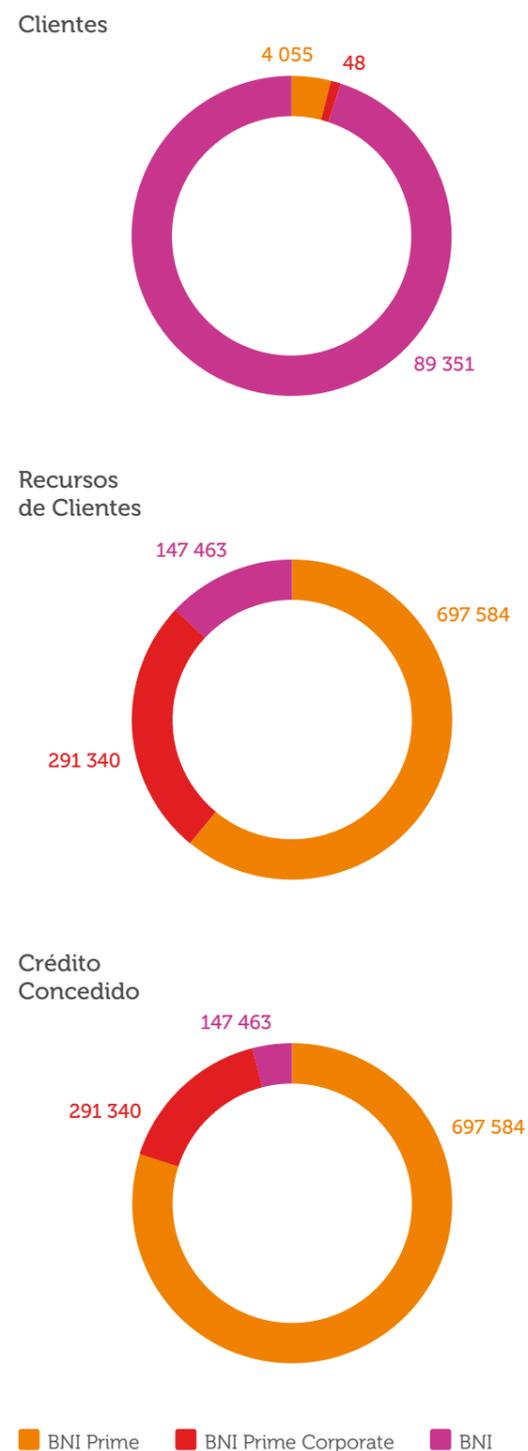
O Banco de Negócios Internacional actua no mercado através de unidades de negócio estratégicas, tendo como suporte critérios claros e objectivos de segmentação e diferenciação, dedicando-se a captação de recursos de Clientes direccionados, sob a forma de depósitos ou outros, promovendo a sua aplicação em operações de crédito, financiamento e outras operações activas no mercado interbancário e secundário.

Unidades de Negócio

BNI Prime - dedica-se ao segmento de grandes empresas e particulares de renda alta. No final de 2012 registou um total de 4.055 Clientes (4,23% da rede), USD 697.594 milhares em recursos de Clientes (61,23% da rede) e USD 628.417 milhares em crédito concedido (79,15% da rede);

BNI Prime Corporate - dedica-se a um conjunto selectivo de empresas com um tratamento diferenciado, dadas as especificidades dos negócios e volume de recursos transaccionados pelas mesmas. No final de 2012 a unidade de negócio Prime Corporate detinha 48 Clientes (0,05% da rede), atingiu USD 291.340 milhares em recursos de Clientes (25,57% da rede) e USD 122.733 milhares em crédito concedido (15,46% da rede);

BNI - dedica-se ao segmento de retalho, com 89.351 Clientes (93,17% da rede), USD 147.465 milhares em recursos de Clientes (12,94% da rede) e USD 32.444 milhares em crédito concedido (4,09% da rede).



No final do exercício, o Banco atingiu os 95.896 Clientes, mais 35.227 que em 2011.

A 31 de Dezembro de 2012 a carteira de Clientes do BNI registou um crescimento de 58,06%, ou seja, um acréscimo de 35.227 Clientes em relação ao ano de 2011. A rede de balcões ao longo do País aumentou de 50 unidades para 62 unidades no mesmo período.

Os Recursos de Clientes registaram, em 2012, um crescimento de 27,20%, atingindo os USD 1.144.515 milhares. Os recursos de Clientes em moeda nacional e em moeda estrangeira, representaram 63% e 37%, respectivamente, do total da carteira.

Durante o ano de 2012 o Banco deu continuidade a massificação dos produtos Bankita, tendo em conta a parceria com o Banco Nacional Angola visando a proliferação dos serviços Bancários em todo país através do incremento do nível de "Bancarização" da população.

O Banco concluiu o ano com 5.907 contas "Bankita" abertas, mais 4.909 que no período homólogo, perfazendo um crescimento de 491,88%.

Os Recursos de Clientes "Bankita" registaram em 2012, um crescimento de 579,77%, cerca de USD 349 milhares, atingindo os USD 411 milhares, contra USD 60 milhares em 2011.

Em 2012, os depósitos a ordem e a prazo representavam, 96% e 4%, respectivamente, do total dos recursos de Clientes "Bankita".

A carteira de crédito registou um incremento de 20,38%, atingindo os USD 791.280 milhares. O crédito concedido aos Clientes em moeda nacional reflectiu 74% do somatório da carteira em 2012.

O BNI detinha, em Dezembro de 2012, uma quota de mercado de 2,60% para os recursos de Clientes e 2,68% para o crédito.

08. Canais de Distribuição

O BNI mantém a aposta forte no desenvolvimento de soluções afim de proporcionar uma maior satisfação nos serviços prestados ao Cliente, através da criação de produtos e canais atractivos e cómodos para todos os segmentos.

A rede de distribuição do BNI é composta por:

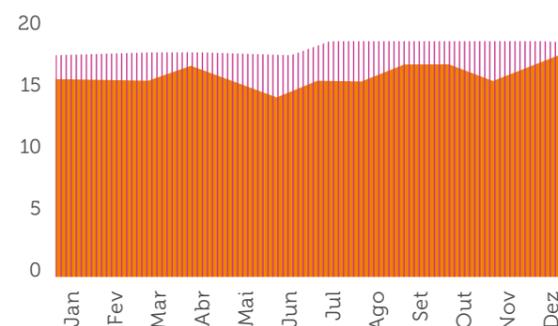
Agências

No final de 2012, o Banco registou um total de 62 Balcões (mais 12 que em 2011), dos quais 6 Centros de Negócios a funcionar em 13 Províncias do País. Em Luanda, o Banco opera com 2 Centros de Negócios e 28 Agências.

Caixas Automáticas (ATM'S)

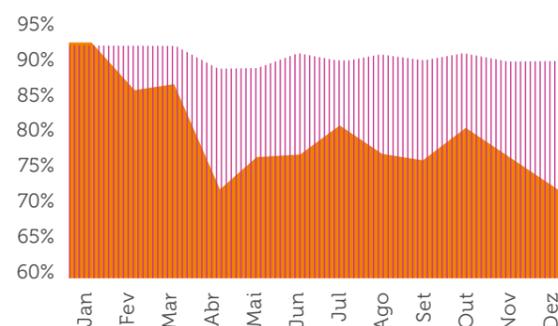
Em 31 de Dezembro o Banco dispunha de 102 ATM's, dentre os quais 56 correspondem a rede Visa/Mastercard e 46 a rede Multicaixa, distribuídos por 20 municípios (o total da rede nacional é composto por 2.014 ATM's).

Produtividade
Posição do BNI face à Rede
2012



■ Posição do BNI face à Rede
▨ Nº total de Bancos com ATM's

Taxa de Operacionalidade (%)
2012



■ BNI
▨ Rede

Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA's)

A rede de TPA's contempla 329 terminais, dos quais 165 correspondem a rede Visa/Mastercard e 164 a rede Multicaixa.

O total da rede nacional é composto por 23.545 TPA's instalados maioritariamente na província de Luanda, com 66% do total da rede, seguindo-se a província de Benguela e da Huila com 10% e 6%, respectivamente.

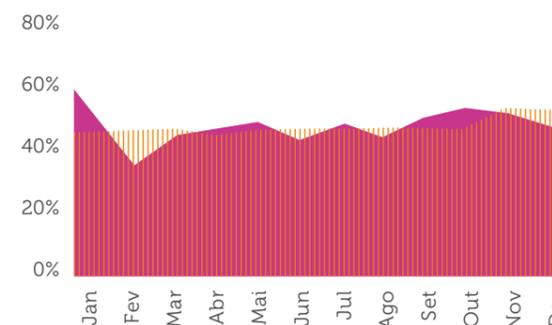
Em 2012, 71% dos terminais de pagamento instalados pelo Banco foram contratados pelos balcões BNI Prime. Do total de terminais contratados da rede Visa/Mastercard, perfizeram uma taxa de operacionalidade na ordem dos 95%.

Os terminais contratados pela rede Multicaixa alcançaram uma taxa de operacionalidade de 76%.

Em termos de compras, a rede Visa/Mastercard registou em 2012 um total de 28.949 compras válidas, cujo montante transaccionado totalizou USD 17.964 milhares, alcançando uma média mensal de USD 1.497 milhares.

A rede Multicaixa registou um volume transaccionado de USD 1.440 milhares.

Índice de Actividade TPA
(% de TPA's activos sobre os matriculados)
2012



■ BNI
▨ Rede

Internet Banking (BNI Online)

No final de 2012, o Banco havia registado 204.541 operações via BNI Online, das quais 17,58% correspondiam transacções, consultas de dados pessoais com 12,60% e validações de contas DO com 11,04%.

Cartões de crédito

No final de 2012, o Banco havia registado 22.832 cartões de crédito da rede Visa/Mastercard, dos quais 19.768 correspondem a rede BNI e 3.064 a rede BNI Prime.

Na rede BNI, 19.723 cartões estão em normal funcionamento e 3.054 encontram-se por activar.

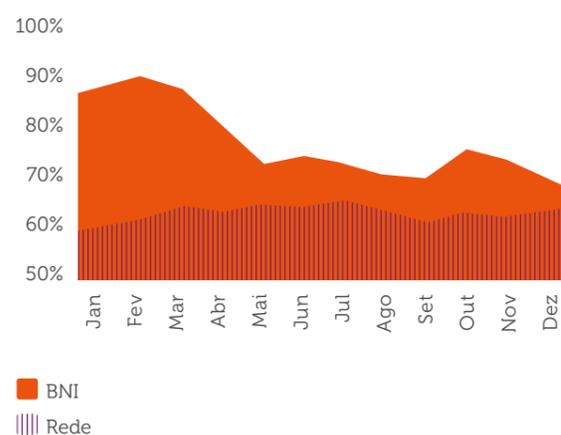
Na rede BNI Prime, 45 cartões estão em normal funcionamento e 10 encontram-se por activar.

Cartões de Débito (Multicaixa e Visa Electron)

Em 2012, os cartões de Débito da rede Multicaixa válidos do BNI completaram 11.714, mais 11.572 que no final de 2011.

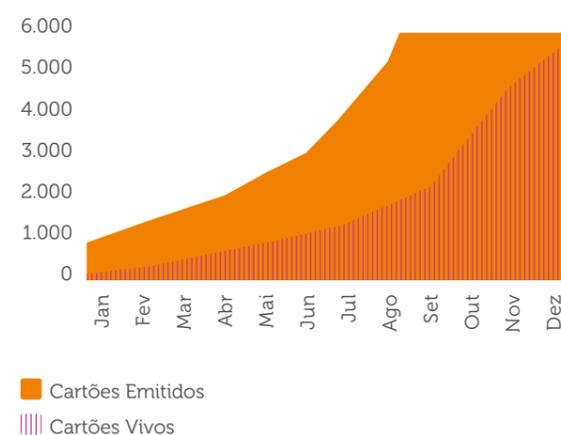
Os cartões de Débito da rede Visa Electron atingiram os 11.719 cartões válidos, mais 5.802 que no período homólogo.

Cartões Activos/
Cartões Vivos (%) *
2012



(*) Análise aos cartões da rede Multicaixa.

Stocks mensais
Cartões emitidos vs válidos *
2012



09. Áreas de Apoio ao Negócio

Departamento de Gestão de Pessoal

Em Julho de 2012, foi criado, aprovado e implementado o Fundo Social BNI com o fim de apoiar situações de carácter social e emergências pessoais inesperadas dos Colaboradores.

A 16 de Agosto de 2012 deu-se o arranque da primeira fase do projecto do Portal FIT, que compreende componentes de controlo de assiduidade, dados pessoais e dados salariais individuais, avaliação de desempenho, gestão da formação e gestão documental.

Com este sistema, passámos a ter além do controlo de efectividade, indicadores de absentismos e assiduidade a vários níveis, controle do programa de férias e de formação de todos os Colaboradores, dentre outras informações.

Ainda em Agosto de 2012 foram reemitidos os passes de serviço dos Colaboradores com uma nova tecnologia de ponta, a qual permite limitar o acesso dos Colaboradores apenas as áreas em que funcionam e limitando a circulação de pessoas estranhas nas zonas restritas. Em 2012 foram emitidos mais de 300 passes de serviço para os Colaboradores a nível nacional.

A 31 de Dezembro de 2012 o quadro de Colaboradores do BNI era formado por 569 trabalhadores, mais 105 que no mesmo período de 2011.

Recursos Humanos

O Gabinete de Recursos Humanos é formado pelos de Departamentos de Formação, Gestão de pessoal e Operacional, sobre os quais destacaram-se as actividades que se seguem:

Departamento de Formação

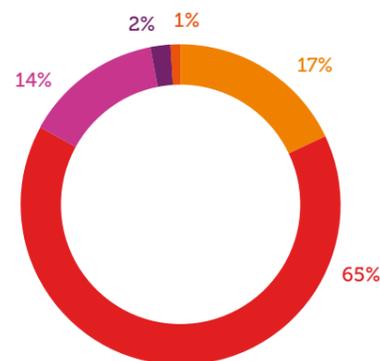
Teve início em Março de 2012, o programa de formação 5 estrelas em Luanda e no Huambo direccionado aos Gerentes, Sub-Gerentes e Responsáveis de Balcões a nível nacional, cujo objectivo foi capacitar os presentes a prestarem um serviço que vá de encontro ao nível de exigência dos Cliente e do mercado em geral. O programa compreendeu cinco módulos:

1. Cliente;
2. Atitude;
3. Técnica;
4. Produtos;
5. Serviços.

Para efectivação do referido programa, foi contratada durante o ano de 2012 uma Formadora interna responsável pelas respectivas acções de formação periódicas.

Foi igualmente ministrada uma formação sobre Liderança e Gestão de Equipas para as chefias intermédias de todos os Gabinetes/Direcções e Departamentos do Banco.

Faixa Etária



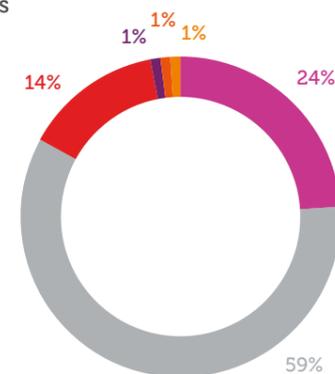
- < 25 anos
- 25-35 anos
- 36-45 anos
- 46-55 anos
- > 55 anos

Sexo



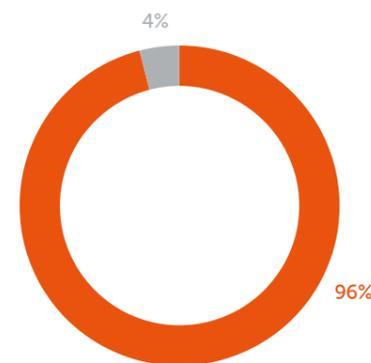
- F
- M

Habilitações Literárias



- Ensino Básico
- Ensino Médio
- Frequência Universitária
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado

Antiguidade



- < 5 anos
- > 5 anos

Sistemas de Informação e Tecnologia

Os principais destaques da actividade desenvolvida pelo Gabinete de Sistemas de Informação e Tecnologias em 2012 correspondem a:

- Instalação e migração da infra-estrutura para a nova sede e instalação do Data Center;
- Reforço das Equipas de Suporte do DMA e de Service Desk;
- Criação de equipa residente de Service Desk, na sede nova;
- Montagem de 12 Agência;
- Actualização do Call Manager e reestruturação de toda a infra-estrutura (projecto ainda em curso);
- Aquisição de Hardware e Software para sistema de Core (Produção e Disaster Recovery);
- Migração da aplicação de Core Bancário para os novos sistemas iSeries;
- Criação de ambiente de Disaster Recovery e ambiente de Qualidade;
- Aquisição de Hardware e Software para sistemas distribuídos (Produção e Disaster Recovery);
- Instalação de equipamentos (Ironports) para higienização de e-mail e controlo de acesso à Internet;
- Reestruturação da infra-estrutura de Mail e Internet;
- Consolidação da Informação da ferramenta de Planeamento do Banco;
- Continuidade no apoio à Geração de Reportes para o Banco Nacional de Angola (SSIF);
- Disponibilização dos Produtos na Banka no âmbito do Programa Angola Investe;
- Apoio e formação continua aos utilizadores, nas ferramentas de Core Bancário;
- Formações Microsoft;
- Formações CISCO;
- Criação e acompanhamento do novo Data Center de Produção.

Auditoria Interna

A matéria de realce registada no Gabinete de Auditoria Interna durante o ano de 2012 foram várias, com destaque as seguintes acções:

- Actualização da estrutura orgânica do Gabinete no tocante a competências funcionais e a inclusão de uma terceira unidade, designada por Departamento de Controlo Administrativo;
- Integração de 4 novos Colaboradores o que permitiu elevar o número de intervenções às unidades do Banco;
- A realização de uma acção formativa sobre conceitos e princípios fundamentais da Auditoria, em que participaram de forma exitosa 3 Colaboradores do Gabinete;
- Em 2012 foi definido e levado a aprovação do Conselho de Administração, o modelo do plano de acção de Auditoria, onde determinamos as modalidades, conteúdos e prazos a serem tidos em consideração nas intervenções as diversas direcções e departamentos do banco;
- Registamos avanços no tocante ao nível de conhecimentos o que vem permitindo, gradualmente, o elevar da qualidade da informação produzida, e por conseguinte viabilizar a tomada de decisões mais condizentes às situações em causa.

Compliance

Dentre as acções lavadas a cabo pelo Gabinete de Compliance em 2012, mereceram destaque as seguintes:

- Intensificação dos trabalhos de adequação dos dispositivos legais e regulamentares ao exercício da nossa actividade (directivas, avisos do Banco Nacional de Angola);
- Implementação do Sistema de filtragem de entidades e transacções (Compliance Link), que em nosso entender representa um aplicativo de suma importância, tanto internamente para o desejado conhecimento e controlo das nossas transacções e Clientes, como na relação com o exterior (bancos correspondentes ou entidades afins), visto que, actualmente o tema "KYC-conheça bem o seu Cliente", branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, têm merecido um grande enfoque no âmbito das relações entre bancos e também na avaliação que o órgão regulador/supervisor atribui ao Banco sobre a forma como encara e trata os temas acima referenciados.

Contabilidade

Em 2012 foram destaque no Gabinete da Contabilidade as acções seguintes:

- Renovação da equipa com a saída de 3 elementos e entrada de 4;
- Projecto de reengenharia, concluído com a definição de manuais para processos e fluxos de trabalho;
- Implementação de mecanismos para automatização de alguns dos processos da área;

- Construção e implementação de ferramentas que permitam uma estatística e definição de critérios quantitativos para a realização de avaliações de desempenho;

- Definição e consolidação da nova estrutura do Gabinete, assim como atribuição e divisão de tarefas;

- Implementação de um sistema de trabalho com resolução de todas as situações "ao dia".

No que toca a Acções de Formação, durante o ano de 2012, os técnicos beneficiaram dos módulos abaixo:

- Fiscalidade Angolana;
- Tributação dos Produtos e Serviços Financeiros;
- Excel para Contabilistas;
- Excel para Análise Financeira e Controlo de Gestão;
- Contabilidade Bancária;
- Aprofundamento dos conhecimentos técnicos sobre Aplicação Bancária CTB 400.

Financeira Internacional

A Direcção Financeira Internacional (DFI) desenvolve e assegura a implementação do programa financeiro do Banco. Igualmente desenvolve e mantém relações com os Bancos no exterior e interior do país, visando os objectivos definidos para o negócio, cabendo-lhe a gestão da tesouraria e o suporte da gestão de activos e passivos, designadamente ao nível dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial.

Em 2012 constituíram marco na Direcção Financeira Internacional os pontos seguintes:

- Reorganização da estrutura orgânica, passando a contar com 3 departamentos: Sala de Mercados, Back Office, Tesouraria;

- Formação on-job para capacitar a equipa de conhecimentos necessários para ultrapassar os novos desafios;

- Aumento no volume de compras de divisas via participação no Leilão de divisas, o que possibilitou a execução de um grande número de operações;

- Reforço no controlo do limite da exposição cambial;

- Negociação e instalação do portal Bloomberg;

- Aquisição de novos equipamentos para Tesouraria.

Operações

Podemos caracterizar o período de Janeiro à Dezembro de 2012 como sendo, de incidência em remodelações no funcionamento da Direcção, que passou a contar com 2 departamentos contra 5 em 2011. Os 5 departamentos extintos deram origem aos novos departamentos denominados: Operações de Estrangeiro e Operações Nacionais.

Em termos de Recursos Humanos, a saída de três Colaboradores veio de certa maneira comprometer o normal funcionamento das equipas de trabalho, porém colmatados com a entrada de 3 novos técnicos.

As transferências interbancárias em 2012 foram realizadas conforme segue:

Transferências Interbancárias	AOA'000			Quantidades		
	2012	2011	Var.%	2012	2011	Var.%
Moeda Estrangeira						
OPE - Emitida	103 372 917	103 869 856	0%	9 947	10 039	-1%
OPR - Recebida	29 346 115	38 674 920	-24%	6 916	4 342	59%
Moeda Nacional						
SPTR						
Emitidas	52 537 865	47 581 808	10%	2 159	5 326	-59%
Recebidas	45 010 705	38 702 478	16%	4 834	5 814	-17%
STC						
Emitidas	3 957 344	-		4 823	-	
Recebidas	3 179 447	-		4 632	-	
Total	237 404 393	228 829 061	4%	33 311	25 521	31%

Jurídico

O Gabinete Jurídico (GJU) durante o ano de 2012, desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Agenciamentos a formalização de 240 processos de crédito;
- Revisão dos formulários do Banco, no que respeita às condições gerais dos produtos diversos;
- Elaboração de 21 contractos diversos, 153 contractos de mútuo e 25 declarações diversas (capacidade financeira, idoneidade, simples);
- Elaboração de diversos pareceres sobre garantias de cumprimento das obrigações e 6 participações criminais relacionadas a levantamentos indevidos efectuados em contas de Clientes e violação grave de procedimentos;
- Emissão de 27 garantias bancárias diversas e instrução de 32 processos disciplinares a Colaboradores, relativo a infracção de deveres tipificados.

Em relação a estrutura da área, os eventos merecedores destaque foram os seguintes:

- O Gabinete Jurídico em Setembro de 2012 alterou a sua estrutura orgânica, passando a conter no seu organigrama, apenas três unidades de serviço: unidade de Contratação, de Agenciamento e de Contencioso, sendo que a unidade de pré-contencioso anteriormente existente na estrutura do gabinete, foi transferida para o Departamento de recuperação de crédito, afecto ao Gabinete de Análise e Risco de Crédito;
- Quanto a ferramentas de trabalho, foi adquirida em 2012, uma ferramenta de trabalho indispensável as actividades da área, denominada "Legis Palop", que é a base de dados jurídica dos países Palop, aonde os técnicos têm acesso a toda a legislação actualizada, jurisprudência e doutrina existente a nível de todos os países Palop.

Banca Electrónica

Em 2012, os meios de pagamento desenvolveram-se no sentido de se tornarem cada vez mais eficientes, potenciado fundamentalmente pela possibilidade de efectuar pagamentos por via electrónica.

Na Direcção da Banca Electrónica é feita a gestão dos meios de pagamentos, em que se enquadram os Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA) e os Caixas Automáticos (CA) ou Automated Teller Machine (ATM), desde a fase de implementação, gestão transaccional, disputas e ocorrência de anomalias, garantindo assim o bom funcionamento da rede interna.

O departamento de Aceitação/Acquiring é composto pelas seguintes áreas:

Gestão de Processos

- Recepção e validação de propostas de adesão;
- Inserção dos dados do contrato na Base de Dados de TPA;
- Rotina de controlo de instalação;
- Criação de OTP para cobrança da mensalidade dos TPA's/ATM's após a sua instalação;
- Manutenção de arquivo físico.

Gestão de Disputas

- Análise da reclamação e/ou pedido de esclarecimento;
- Solicitação de documentação de suporte a reclamação se necessário;
- Encaminhamento da reclamação para o processador quer seja no âmbito nacional ou internacional;
- Rotina de acompanhamento da resolução da disputa.

Gestão de Transacções

- Controlo mensal do número e montantes das transacções efectuadas em TPA/ATM para uso estatístico e validação de reclamações.

Apoio ao Cliente

- Recepção e análise de reclamações e/ou pedidos de esclarecimento por parte dos Clientes pelo telefone de apoio – 943620093 e rede comercial através dos canais internos.

Call Back

- Após análise feita, é retornada a chamada para o Cliente ou balcão a fim de informar qual o desfecho da reclamações e/ou pedidos de esclarecimento.

Controlo de Qualidade

- Envio de informação à rede comercial dos TPA's que não fazem fechos contabilísticos a mais de um mês;
- Gestão dos pedidos de intervenções técnicas;
- Controlo de recusa de cobranças de mensalidade.

Sistemas de Pagamento

- Assistência técnica ATM's/POS's;
- Cartões Chip – Foi dado inicio ao processo de migração dos actuais cartões que o Banco disponibiliza aos Clientes para a tecnologia Chip (tomado os cartões mais seguros e de acordo com as actuais normas de segurança da Visa e Mastercard);
- DataCard – Foi adquirida uma nova máquina para a produção de cartões Chip que nos permite uma maior capacidade de resposta a produção de cartões;

- Fraud Issuing – Actualização do módulo de Fraud Issuing para permitir o controlo de levantamentos por País e tipo de cartão;
- Rede POS – Demos continuidade ao crescimento da nossa rede de POS, permitindo desta forma que os nossos Clientes (e Clientes de outros bancos) possam efectuar pagamentos com cartões Visa/Mastercard/Multicaixa em vários estabelecimentos;
- Cartões TAAG – Lançamos o cartão pré pago em Dólares para os tripulantes de cabine da TAAG, que permite que os tripulantes recebam as ajudas de custo no cartão;
- Call Center – Foi disponibilizada uma aplicação ao Call Center, que permite a consulta das principais operações/limites de utilização dos Clientes do Banco;
- Visa Money Transfer – Foi implementado uma norma da VISA que permite que os nossos cartões de debito possam receber fundos de outros cartões.

Planeamento e Controlo

Durante o ano de 2012 foi destaque no Gabinete de Planeamento e Controlo as actividades seguintes:

- Actualização da estrutura orgânica da área, passando a estar composta por 3 de Departamentos: Análise e Reporte Financeiro, Planeamento e Informação de Gestão;
- Atribuição de tarefas de acordo com a nova estrutura orgânica;
- Implementação de novos procedimentos internos, novos relatórios e processos de análise de acordo com a dinâmica actual do negócio;
- Implementação de mecanismos para automação dos processos internos da área;

- Relativamente aos recursos humanos da área foram admitidos 2 novos técnicos, contrabalançando a saída de 1 técnico;
- No que toca a ferramentas de gestão, foi dada continuidade ao aprimoramento do aplicativo de gestão orçamental (Planning);
- Dos trabalhos realizados pelo Gabinete durante o ano de 2012, destaque para o Relatório e Contas de 2011, Orçamento Geral de 2013, Reporte ao Banco Nacional de Angola, acompanhamento das metas estratégicas do Banco, dentre outros reportes periódicos de suporte ao Conselho de Administração e as demais áreas do Banco.

No que toca ao processo de Formação, em 2012 os técnicos da área beneficiaram dos seguintes módulos:

- CTB400 e Gerador de Mapas;
- Fiscalidade Angolana;
- Tributação dos produtos e serviços financeiros;
- Excel para análise financeira e controlo de gestão.

Análise de Risco e Crédito

Criada no ano de 2011, a Direcção de Análise de Risco e Crédito (DARC) prosseguiu a sua missão de suporte à actividade do Banco.

No decorrer do ano de 2012, destacaram-se as seguintes intervenções:

- Criação do Secretariado de crédito, órgão transversal à Direcção, responsável pelo suporte operacional à actividade dos técnicos desta Direcção;
- Reforço das equipas afectas às unidades de análise de crédito e de monitorização e recuperação de crédito;
- Início do projecto de definição e implementação do modelo de scoring do BNI para a área de retalho;

- Manutenção do acompanhamento do projecto CIRC, oportunamente lançado pela entidade supervisora (BNA), com especial ênfase na recolha e partilha da informação da mesma às estruturas comerciais do Banco;

- Intervenção directa na implementação do programa "Angola Investe" no BNI, com responsabilidades directas na análise e reporte ao órgão de tutela desta iniciativa governamental (Ministério da Economia);

- Programa de Monitorização da Dívida Pública: acompanhamento contínuo com reporte ao Ministério das Finanças das exposições de crédito e responsabilidades directas (ou indirectas) das entidades públicas;

- Modelo de Imparidade e Provisões regulamentar: no alinhamento com as melhores práticas internacionais, o BNI contratou a uma renomada consultora internacional o desenvolvimento desta ferramenta estruturante para a actividade do Banco. A DARC foi chamada a participar na definição dos requisitos funcionais e procedimentos do que será o novo modelo de cálculo de imparidades e provisões regulamentares do banco;

- A DARC interveio como adviser interno da solução implementada pelo BNI sob supervisão da área de Compliance;

- Reengenharia de processos: consciente de que a manutenção de uma posição de destaque no mercado financeiro Angolano implica que se opere um salto qualitativo importante, de forma a reforçar a performance e a manter, simultaneamente, um adequado nível de controlo das operações.

Está em curso um projecto de transformação organizacional, no qual a DARC intervém como interlocutor-chave.

10. Gestão do Risco

As instituições Financeiras confrontam-se com riscos de variadas naturezas no decurso da gestão da sua actividade. Em particular de salientar o Risco de Mercado (taxas de juro e taxas de câmbio), decorrente de movimentos adversos nos preços, Risco operacional, reflexo de processos e sistemas desajustados, de evoluções desfavoráveis no contexto regulamentar e fraudes.

No BNI a Gestão do Risco não visa apenas evitar os acontecimentos desfavoráveis, mas sim contribuir para assegurar o valor e/ou lucro, manter a continuidade do negócio, evitar a falência, gerir os efeitos decorrentes das alterações no contexto externo do Banco e por conseguinte facilitando a concretização dos objectivos definidos na estratégia.

Risco Operacional

Na senda da estratégia do Banco em relação a gestão dos riscos inerentes a actividade e atendendo ao enfoque que actualmente é dado a temática do Risco Operacional, ao longo de 2012, o BNI, visando conferir maior segurança e controlo, emanou um conjunto de linhas orientadoras e acções destinadas a adequação dos sistemas, processos e recursos humanos, permitindo gradualmente a diminuição do risco operacional.

Embora que inicialmente a tendência pendia mais para a abordagem do risco de crédito, risco cambial e risco de liquidez, esta ideia foi alterada passando o Banco a preocupar-se de igual modo com os vários riscos que se inserem no quadro dos riscos operacionais, ou seja, o risco de perda originado por eventos externos, falhas ou inadequações envolvendo processos internos, sistemas e pessoas.

Neste sentido, o Banco centrou a sua atenção em três pilares nos quais tratou de implementar medidas para criação, reforço e funcionalidade dos mesmos. Os tópicos que mereceram intervenção relevante foram os que se seguem:

- Estrutura Orgânica e Funcional;
- Sistema de Controlo Interno;
- Filtragem e monitorização de entidades e transacções.

No que toca a Estrutura Orgânica, o Banco procurou dotar-se de unidades articuladas que melhor se ajustassem a sua estratégia e pudessem abordar o mercado de forma organizada de acordo com a natureza do negócio e, internamente, assegurar-se da justa atribuição de cargos e a correcta segregação de funções.

Nesta matéria o Gabinete de Compliance teve papel de realce, acompanhando todo o processo e garantindo que as medidas introduzidas estivessem em consonância com o conjunto de diplomas legais e regulamentares em vigor.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, cuja preocupação maior se prendeu com o risco de fraude interna, o Gabinete de Auditoria Interna e Inspeção efectuou um trabalho de revisão aos perfis atribuídos aos utilizadores dos aplicativos informáticos destinados aos lançamentos da globalidade das operações realizadas pelo Banco, onde, em função das irregularidades identificadas, sugerem correcções que foram implementadas.

Tecnologicamente, introduzimos uma nova ferramenta de Controlo Operacional que permite ao Gabinete de Auditoria e outras áreas de controlo do Banco monitorar a todo momento qualquer transacção previamente parametrizada, gerando alertas que sugerem análises de carácter investigativo.

Objectivando igualmente a mitigação do Risco operacional, deu-se continuidade a revisão sistemática de alguns normativos internos de forma a adequá-los as exigências actuais.

Neste âmbito, iniciou-se em 2012 o processo de actualização do fluxograma dos processos e tarefas das distintas áreas operacionais do Banco, o que permitirá melhor precisão e uniformização dos procedimentos na execução da actividade do Banco.

Atenção de relevo foi dada também a questão do branqueamento de capitais e ao combate ao financiamento ao terrorismo. Neste sentido, o BNI contratou um aplicativo informático que permite efectuar a filtragem de entidades com base nas várias listas internacionais de sanções e, realizar simultaneamente a monitorização de transacções domésticas e com o estrangeiro.

Por último referir que o Banco mantém um processo regular de produção de relatórios de âmbito interno e externo destinado ao órgão supervisor e entidades afins quando exigido. Por via do Gabinete de provedoria de Clientes, o Banco tem dado resposta as preocupações e reclamações colocadas no portal dedicado para o efeito, revelando assim uma grande preocupação com a sua imagem e reputação.

Risco de Crédito

O Risco de crédito pode ser definido como a probabilidade do Banco incorrer em perdas geradas pela ocorrência de um evento de inadimplemento do tomador ou pela deterioração da qualidade da carteira de crédito.

Existem diversas situações que podem caracterizar um evento de default, como o atraso no pagamento de uma obrigação, o descumprimento de uma cláusula contratual restritiva, o início de um procedimento legal, a falência ou, ainda, inadimplemento de natureza económica, que ocorre quando o valor económico dos activos da empresa se reduz a um nível inferior ao das suas dívidas, indicando que os fluxos de caixa esperados não serão suficientes para liquidar as obrigações assumidas.

O processo de gestão e mitigação do risco de crédito no BNI surge previamente ao início da relação comercial com os Clientes aquando da recolha, tratamento e análise de informações relevantes sobre os mesmos e sobre o contexto que os rodeia.

Após ao início da relação comercial por via do crédito, o Departamento de monitorização e recuperação de crédito dá continuidade ao controlo do risco de crédito dos Clientes, estando este processo concluído apenas quando a dívida se encontrar integralmente liquidada. Actualmente, a actividade desta área faz parte da cadeia de negócio, estendendo-se as suas funções por todo ciclo de vida da relação com o Cliente.

Tais funções acabam por ter início previamente a qualquer actuação de cariz operacional, com a definição da política de crédito.

No ano de 2012 o Departamento de monitorização e recuperação de crédito reviu os procedimentos de orientação e actuação sobre o crédito vencido que são transversais a todos níveis de decisão de crédito. Fruto destas acções o Banco concluiu o exercício de 2012 com uma carteira de crédito vencido de USD 21.450 milhares (com um peso de 2,70% sobre a carteira) contra USD 32.523 milhares (com um peso de 4,82% sobre a carteira) no mesmo período de 2011.

	2012			2011			Δ
	AOA'000	USD'000	Peso (%)	AOA'000	USD'000	Peso (%)	%
Crédito líquido	75 825 141	791 280	-	62 014 565	650 852	-	22%
Provisões para crédito	(2 107 864)	(21 997)	3%	(2 255 383)	(23 671)	4%	-7%
Crédito bruto	77 933 005	813 277	-	64 269 948	674 523	-	21%
Crédito vincendo	75 877 565	791 827	97%	61 171 062	642 000	95%	24%
Crédito vencido	2 055 440	21 450	3%	3 098 886	32 523	5%	-34%
Nº dias de atraso							
15-30	348 237	3 634	17%	218 923	2 298	7%	59%
30-60	263 455	2 749	13%	178 777	1 876	6%	47%
60-90	112 809	1 178	5%	114 276	1 199	4%	-1%
90-150	330 886	3 453	16%	155 576	1 633	5%	113%
150-180	161 856	1 689	8%	287 336	3 015	9%	-44%
>180	838 197	8 747	41%	2 143 998	22 502	69%	-61%

(*) O peso apresentado reflecte a carteira de crédito total líquida de provisões.

Adicionalmente e com vista a mitigar o risco da carteira, durante o ano de 2012 foram instituídos novos Normativos de limites de concessão crédito entre as estruturas, bastante conservadores, definidos por escalões de aprovação, com excepção dos produtos padronizados, nomeadamente crédito automóvel e crédito salário para os Colaboradores das empresas com salários domiciliados no BNI.

As demais propostas de crédito são analisadas individualmente na Direcção de Análise de Risco e Crédito e submetidas ao Comité de Crédito de nível de 1.

Em conjunto com outras políticas do Banco, são nesta fase devidamente ponderados vários factores e tomadas de decisões estratégicas que permitem manter a linha de gestão do crédito com os objectivos globais do Banco.

Como complemento do processo de gestão do crédito, composto pela avaliação, monitorização e controlo do crédito e como garantia do sucesso do mesmo, é imprescindível assegurar o acompanhamento dos resultados obtidos para o ajustamento das metas e das estratégias definidas, assim como como a divulgação de informação e de resultados relevantes às áreas que, directa ou indirectamente estão envolvidas na concessão de crédito.

A obtenção dos pareceres das mesmas quanto ao processo de gestão do crédito também é parte integrante do processo.

2012						
USD'000						
Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		791 827	21 450	813 277	21 997	-
Nulo	A	40 834	155	40 989	-	0%
Muito Reduzido	B	704 778	3 096	707 874	7 264	1%
Reduzido	C	36 548	4 997	41 545	1 184	3%
Moderado	D	24	3 097	3 121	296	10%
Elevado	E	1 679	2 940	4 619	875	20%
Muito Elevado	F	377	3 733	4 110	1 946	50%
Perda	G	7 587	3 432	11 019	10 433	100%

2011						
USD'000						
Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		642 000	32 523	674 523	23 671	-
Nulo	A	136 328	-	136 328	-	0%
Muito Reduzido	B	457 162	3 841	461 003	6 242	1%
Reduzido	C	36 888	4 493	41 381	1 320	3%
Moderado	D	7 579	3 341	10 920	1 162	10%
Elevado	E	1 527	5 149	6 677	1 420	20%
Muito Elevado	F	15	10 981	10 996	5 848	50%
Perda	G	2 501	4 717	7 219	7 678	100%

Risco Cambial

O Risco Cambial advém da possibilidade de flutuação da taxa de câmbio do mercado originando a desvalorização dos contravalores das posições activas e passivas do Balanço em moeda nacional, assim como das responsabilidades denominadas em moeda estrangeira.

A gestão do Risco de taxa de Câmbio de posições estruturais ou resultantes de negócios com Clientes do Banco encontra-se delegada a Direcção Financeira Internacional – DFI, tendo em conta os limites estipulados pelo BNA.

Deste modo o Banco procura de forma activa minimizar o Risco Cambial, assegurando para cada moeda as suas posições activas e passivas niveladas.

No que tange a moeda estrangeira o BNI actua essencialmente com Dólares norte-americanos e a exposição à outras moedas possui um caracter residual.

Este acompanhamento é feito por meio de um controlo diário, a nível interno, da posição cambial, exposição cambial, tal como para efeitos de reporte ao BNA através dos relatórios de exposição cambial e de operações de compra de divisas.

Risco de Liquidez ou Funding

O Risco de Liquidez ou Funding inclui todas as situações associadas ao facto de uma instituição se encontrar impossibilitada de cumprir os seus compromissos a tempo ou de apenas o conseguir fazer por meio de empréstimos de urgência, provavelmente com um custo elevado.

A gestão liquidez é realizada numa base diária através de um sistema de gestão sincronizado que permite a monitorização das disponibilidades do Banco, prever cash-flows, controlar os principais rácios de liquidez permitindo assim uma gestão de tesouraria eficiente, capaz de responder as operações do Banco sem colocar em risco as necessidades de curto e longo prazo dos nossos Clientes.



A TRANSPARÊNCIA DOS PROCEDIMENTOS

11. Enquadramento Regulamentar
12. Envolvente Económica e Financeira
13. Análise Financeira
14. Demonstrações Financeiras
15. Parecer Auditoria
16. Parecer Conselho Fiscal

11. Enquadramento Regulamentar

Principais limites
e rácios prudenciais
em vigor a 31 de
Dezembro de 2012

Liquidez

- **Reservas Obrigatórias** (Instrutivo nº2/11 de 28 de Abril) – O coeficiente das reservas obrigatórias, com excepção das contas dos governos centrais, é de 20% em MN e 15% em ME, sobre as rubricas que compõem a base de incidência (inclui todos os recursos captados de Clientes e obrigações próprias). O coeficiente das reservas obrigatórias sobre os depósitos do Governo Central (MN e ME) é de 100%, e sobre os depósitos do Governo Local (MN e ME) é de 50% e 0%, respectivamente. As reservas obrigatórias não são remuneradas e são calculadas semanalmente sobre a média aritmética dos dias úteis da semana.

Crédito

- **Exposição máxima** por Cliente (Aviso nº 08/07 de 12 de Setembro) – Limite de 25% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR). O excesso deverá ser reduzido ao cálculo dos FPR;
- **Exposição máxima global** (Aviso nº 08/07 de 12 de Setembro) – Limite de 300% dos FPR para os 20 maiores devedores;

- **Crédito em moeda estrangeira** (Aviso nº 03/12 de 28 de Março) – Não é permitida a concessão de crédito em ME, em quaisquer prazos, para as seguintes finalidades: assistência financeira de liquidez, incluindo, dentre outras, as contas correntes caucionadas, financiamento automóvel, empréstimos ao consumo, micro crédito, adiantamentos a depositantes ou descobertos e outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano);

- **Provisões para Crédito** (Aviso nº 3/12 de 28 de Março) – Os créditos concedidos e as garantias prestadas, devem ser classificados em ordem crescente de risco, tendo em conta as características e os riscos da operação e do tomador do crédito. A classificação do crédito por níveis de risco deve ser revista anualmente, com base na qualidade do Cliente e em relação à operação, e mensalmente, em função do atraso verificado no pagamento da prestação de capital ou juros.

Fundos Próprios

- **Capital Social Mínimo** (Aviso nº 4/07 de 12 de Setembro) – AOA 600.000.000 (equivalente a USD 8.000.000 na data da publicação). Em 2013 o capital social mínimo exigido para constituição de um Banco passará para USD 25.000.000;
- **Valor mínimo dos Fundos Próprios** (art.º 75 da Lei nº 13/05 de 30 de Setembro e Aviso nº 4/07 de 12 de Setembro) – Igual ao capital social mínimo exigido;
- **Reserva legal** (art.º 327 da Lei 1/04 de 13 de Fevereiro e art.º 76 da Lei 15/05 de 30 de Setembro) – Reserva constituída pela atribuição de uma percentagem mínima do lucro líquido de cada exercício (20%) até que o saldo acumulado represente a totalidade do capital social;

- **Definição dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR)** (aviso nº 5/07 de 12 de Setembro e Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho – (ver nota 1);

Fundos Próprios de Base (FPB)(Tier 1)

A somar	Art.3.1.1
+Capital	
+Reservas de actualização monetária do capital social	a)
+Lucros e prejuízos transitados	b)
+Reserva legal, reserva especial e outras reservas	c)
+Resultado líquido do exercício em curso	d)
A deduzir	Art.3.1.2
-Ações ou quotas próprios em tesouraria	a)
-Não aplicável (Nota 1)	b)
-Empréstimos com natureza de capital	c)
-Imobilizações financeiras	d)
-Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	e)
-Imobilizações incorpóreas	f) e g)
-Outros valores a determinar pelo BNA	h)

Fundos Próprios Complementares (Tier 2) < 100% FPB

A somar	Art.3.2
Não aplicável (Nota 1)	a)
Não aplicável (Nota 1)	b)
+Reservas de reavaliação dos imóveis de uso próprio ((1º) 25% dos FPB e (2º) < 50% do seu valor)	c)
+Dividas subordinadas e instrumentos híbridos de capital ((1º) 50% dos FPB e (2º) < 50% valor div. 5 anos ant. venc.)	d)
+Outros fundos	e)

Nota1: Alteração introduzida pelo Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho.

- **Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)** (Aviso nº 05/07 de 12 de Setembro, Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho e Instrutivo nº 6/07 de 12 de Setembro) – O cálculo do RSR é efectuado da seguinte forma: $RSR = FPR / (\text{Risco de crédito} + (\text{Risco de Câmbio e ouro}/10\%))$.

Risco Cambial

- **Exposição Cambial** (Aviso nº 05/10 de 10 de Novembro e Directiva n.º 33/DSI/11 de 1 de Abril) – O cálculo da exposição cambial abrange todas as posições activas e passivas, incluindo as extrapatrimoniais, até ao limite de 30%, que resultem em responsabilidades constituídas ou indexadas à moeda estrangeira e ouro. O limite é de 20% dos FPR para as posições activas (longas) e para as posições passivas (curtas).

Imobilizações

- **Rácio de Imobilizado** (Aviso nº 07/12 de 30 de Março) – As aplicações líquidas em imobilizado corpóreo e incorpóreo não podem exceder os 100% dos FPR.

Principais Alterações Regulamentares 2012

Aviso	Matéria
Aviso nº 01/2012 de 16 de Janeiro	Estabelece os termos e condições a que deve obedecer a entrada e saída de moeda nacional e de moeda estrangeira, na posse de pessoas singulares residentes cambiais ou não-residentes cambiais.
Aviso nº 11/2012 de 2 de Abril	É instituída a Taxa Básica de juro do Banco Nacional de Angola – Taxa BNA.
Aviso nº 13/2012 de 2 de Abril	É instituída a Luanda Interbank Offered Rate, abreviadamente, LUJIBOR e aprovado o seu regulamento, bem como as regras e procedimentos para a sua compilação, cálculo e divulgação.
Aviso nº 18/2012, de 3 de Abril	O presente diploma regula o processo de constituição e funcionamento das sociedades de locação financeira.
Aviso nº 20/2012 de 12 de Abril	O presente aviso estabelece os procedimentos e mecanismos a adoptar nas operações cambiais inerentes às actividades de prospecção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo bruto e gás natural, conforme dispõe a Lei nº 2/12, de 13 de Janeiro, e define um calendário para a sua implementação gradual.
Aviso nº 21 e 22, de 25 de Abril	Estabelece as obrigações e diligências, bem como o estabelecimento de um sistema de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, incluindo a criação do Compliance Officer na estrutura organizacional das instituições financeiras.
Aviso nº 25 /2012 de 14 de Agosto	Estabelece regras específicas aplicáveis às instituições financeiras bancárias, que pretendam estender as suas actividades, através da contratação de correspondentes bancários credenciados por instituições financeiras bancárias, sob a supervisão do BNA, com o objectivo de promover a cobertura a prestação de serviços bancários à população e proteger os consumidores.

12. Envolvente Económica e Financeira

Conjuntura Internacional em 2012

A Economia Mundial continua a recuperar gradualmente da crise financeira e económica internacional de 2008, que teve o seu início no verão de 2007, nos E.U.A e que se alastrou por todo o mundo.

Mesmo num clima de grande incerteza, existe um consenso entre os analistas de que a Economia Mundial irá registar taxas de crescimento positivas em 2012, na ordem dos 4% (Quadro 1).

Dentro da Economia Mundial, o lugar de honra vai para as Economias Emergentes (6,1%), como tem sido a regra nos últimos anos, em que estas continuam a revelar uma maior dinâmica do que as Economias Avançadas (1,9%).

Com efeito, são as Economias Em Desenvolvimento que estão a contribuir mais para a sustentação da Economia Mundial que, conforme já referimos e segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), irão conseguir manter a mesma taxa de crescimento que em 2011 (4%), após ter crescido 5,1% em 2010.

Já no que concerne às Economias Avançadas, espera-se que o crescimento em 2012 seja ligeiramente superior ao do ano transacto (1,6%), mas mesmo este cenário parte de diversos pressupostos:

1. A União Europeia, que se estima que cresça 1,1%, será capaz de resolver a crise do Euro;
2. Os Estados Unidos da América, com uma taxa de crescimento de 1,8%, conseguirão controlar as suas políticas económicas e financeiras;
3. Os preços dos mercados financeiros globais manter-se-ão relativamente estáveis;
4. As políticas económicas e financeiras da maioria dos países continuarão a ser restritivas.

Apesar do esforço dos governos nos dois últimos anos na implementação de reformas no sistema financeiro, os factores de risco ainda permanecem.

Note-se no que concerne ao Produto Mundial, o FMI reviu em baixa, em Setembro de 2011, as suas estimativas, para 4,0%, um pouco menos (0,5%) do que o previsto no início do ano.

De resto, todas as estimativas para as várias zonas económicas mundiais foram revistas em baixa, com maior destaque para as Economias Avançadas, dado que nas Economias Emergentes as perspectivas foram mais favoráveis, mantendo mesmo, nalguns casos, como o brasileiro, os números inicialmente esperados.

Produto Mundial

Taxas de Crescimento (%)	2010	2011	2012
Mundo	5,1	4	4
Economias Avançadas	3,1	1,6	1,9
Estados Unidos	3	1,5	1,8
Zona Euro	1,8	1,6	1,1
Economias Emergentes / Em Desenvolvimento	7,3	6,4	6,1
África Subsaariana	5,4	5,2	5,8
Angola	3,4	1,3	12,8
América Central e do Sul	6,1	4,5	4
Ásia em Desenvolvimento	9,5	8,2	8
Comunidade de Países Independentes	4,6	4,6	4,4
Europa Central e de Leste	4,5	4,3	2,7
Médio Oriente e Norte de África	4,4	4	3,6

FONTE: FMI, Wold Economic Outlook, Setembro de 2011 e Ministério do Planeamento de Angola.

A problemática da dívida soberana de alguns países Europeus revelou-se de mais difícil solução do que inicialmente se esperava.

Por outro lado, a instabilidade política e social no Norte de África e do Médio Oriente, a par de alguns desastres naturais, afectaram negativamente o produto mundial.

A crise dos mercados financeiros europeus, com a degradação da dívida soberana de alguns países da União Europeia, levou à depreciação do Euro, que se espera que prossiga.

Na verdade, a solução da crise do Euro ainda não tem contornos bem definidos, o que eleva os factores de risco para qualquer previsão macro económica.

Por seu turno, as Economias Emergentes e Em Desenvolvimento têm revelado um comportamento positivo.

Dentro destas, destacam-se o Brasil, a China e a Índia, que apresentam taxas de crescimento entre os 3,6% e os 7,5%, continuando os respectivos sectores financeiros a manter-se estáveis e a atrair capitais estrangeiros.

Em 2011, as Economias Avançadas cresceram cerca de 1,6%, contra 6,4% das Emergentes, valores inferiores aos do ano transacto, que foram de 3,1% e 7,3%, respectivamente.

Dentro das Economias Avançadas, o crescimento da Zona Euro será de cerca de 1,6% e 1,1% nos anos de 2011 e 2012.

Estima-se que estes valores, para os mesmos anos e nos Estados Unidos da América, sejam de 1,5% e 1,8%, respectivamente.

Já para a África Subsaariana estima-se um crescimento de 5,2% em 2011 e de 5,8% em 2012, números muito mais elevados, com destaque para Angola no ano de 2012, com 12,8%.

Os principais constrangimentos que se prevêem para 2012, prendem-se com a evolução do desemprego.

Nas Economias Emergentes e Em Desenvolvimento existe o problema da diminuição dos custos de produção.

O pano de fundo da Economia Mundial, apesar de positivo, apresenta um crescimento económico mais moderado em 2012 do que no ano de 2010. Isto deveu-se essencialmente à crise da dívida europeia e à pior performance da economia americana, o que levanta algumas preocupações e incertezas às quais se deverá estar atento.

De notar que o crescimento do produto mundial nos dois anos de 2012 e 2011 se deveu muito à dinâmica do comércio mundial, que aumentou 25% desde 2009. O grande impulso veio das economias asiáticas, onde os baixos custos de produção, nomeadamente salariais, a par de grandes investimentos na indústria manufactora, estiveram na base deste crescimento.

Contudo, em 2011, o volume de trocas já desceu em relação ao ano de 2010, as Exportações evoluíram 6,1% nas Economias Avançadas e 4,2% nas Emergentes, por seu lado, as Importações também deverão rondar os 5,8% e 2,8%, respectivamente.

Para 2012, estima-se que esta tendência prossiga, embora em menor grau.

Quanto ao preço do Petróleo, elemento essencial para o enquadramento da economia angolana, durante 2011, manteve-se no intervalo médio de USD 90-105 (noventa a cento e cinco dólares por barril), contudo, houve picos superiores a USD 120 (cento e vinte dólares) por barril.

Os factores geopolíticos são sempre importantes na determinação da oferta do petróleo, o que, a par da inflexibilidade do mercado, da taxa de inflação da economia mundial e da busca de fontes de energia alternativas, levam a que se deva acompanhar com atenção o preço do petróleo.

Estima-se que a procura mundial do petróleo bruto se mantenha elevada, ou que suba moderadamente, pois está sempre também dependente da evolução da actividade produtiva global.

Em resumo, prevê-se que os preços se mantenham elevados e com oscilações moderadas, o que é um bom pano de fundo para a economia angolana e para o microcrédito.

No que respeita à taxa de inflação, nas Economias Avançadas, espera-se que desça de 2,6% em 2011, para 1,4% em 2012.

É um dos indicadores mais bem controlados.

No que concerne às Economias Emergentes, a inflação deverá passar de 7,5% em 2011, para 5,9% em 2012.

São taxas mais elevadas que nos outros países, o que não é de admirar, uma vez que estamos perante economias mais dinâmicas, o que preocupa são as situações de estagflação, em que coexistem taxas altas de inflação com recessão económica.

Os factores que mais influenciaram este indicador, continuaram a ser os preços da energia, nomeadamente do petróleo, a retracção do Produto, com influência no mercado de trabalho em visível depressão e as Políticas Monetárias e Financeiras dos países e dos bancos centrais.

Prossegue a tendência para políticas monetárias restritivas.

Na maior parte das economias mundiais, há uma pressão para a alta das taxas de juro, que contudo se mantém relativamente baixa, sobretudo nos mercados emergentes, onde o crédito à economia continua a aumentar.

Economia Angolana

Angola continua a ser uma das economias mais dinâmicas de África. Em 2011 a economia angolana apresentou uma taxa de crescimento moderada, após dois anos em que o PIB total teve taxas positivas, apesar da crise económica e financeira internacional.

Para o ano de 2012, espera-se uma taxa de crescimento já da ordem dos 13%, com uma forte componente não petrolífera a contribuir para este cenário.

Para 2013 e de acordo com os últimos dados do OGE, aprovado em Janeiro do corrente, espera-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,1%, impulsionado pelo Sector Não Petrolífero, que vai crescer 7,3% enquanto o Petrolífero não ultrapassará os 6,6%.

Também o sistema financeiro continuou a revelar uma enorme capacidade de crescimento, tendo revelado indicadores ainda mais positivos do que no ano anterior, o que revela o seu papel crescente na economia angolana e facilitador do crescimento, sobretudo do sector não petrolífero.

Segundo os relatórios dos principais auditores internacionais, o sector bancário continuou a apresentar resultados excelentes em Angola.

O crescimento sólido do sector financeiro é também um factor determinante para o acesso de Angola aos mercados financeiros internacionais, onde esta Sociedade de Investimento, que se pretende constituir, poderá ter um papel importante na captação de recursos financeiros oriundos do exterior e pô-los à disposição dos investidores nacionais, que os poderão aplicar a médio e longo prazo, o que permite o investimento estruturante, em formação bruta de capital fixo.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) no seu mais recente estudo sobre a economia angolana, sublinha que as perspectivas de curto prazo são positivas, na medida em que se regista a descoberta de novos poços de petróleo e que o sector não petrolífero continua a expandir-se, com destaque para o sector bancário.

Com efeito, está em curso a avaliação do grau de implementação do acordo Stand-By, por meio do qual Angola beneficiou de um crédito de 1,4 mil milhões de USD.

Este programa foi essencialmente implementado para financiar um programa de equilíbrio da Balança de Pagamentos, após a redução drástica das Reservas Internacionais Líquidas, durante a crise económica e financeira internacional de 2008.

Até agora as avaliações têm sido positivas.

O período de reembolso do Acordo Stand-By é de 10 anos.

O FMI também está atento à implementação da nova Lei Cambial Aplicável ao sector Petrolífero, que obriga as empresas que operam no ramo em Angola a trabalharem com Kwanzas e em bancos domiciliados em Angola, o que também se afigura positivo para a economia angolana e para a Banca em Angola, tudo sob o olhar atento do B.N.A., que tem vindo a reforçar o seu papel de supervisão.

Isto, a par da melhoria da notação internacional da economia angolana, pelas várias agências de ranking, revela um pano de fundo muito positivo para o lançamento de projecto na área financeira, nomeadamente no microcrédito e outras par bancárias.

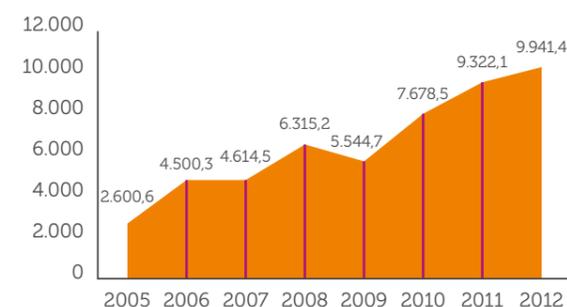
As Sociedades de microcréditos no seu conteúdo funcional, são semelhante a um banco, embora com um capital social muito mais pequeno e não podendo fazer operações de caixa.

Contudo, a concessão do crédito e o seu controle exigem um papel diferente e importante dos agentes de crédito no terreno.

Vários estudos prevêem uma evolução fortíssima para o sector financeiro e bancário angolano nos próximos anos, o que cria perspectivas muito optimista para o lançamento deste projecto de microcrédito, que vai cobrir um público-alvo que estaria fora do crédito normal e que representa quase 77% da população que ainda está fora da taxa de bancarização.

No que respeita à evolução do Produto e de acordo com os últimos dados oficiais, tem sido sempre positiva desde 2005 a 2012.

Trend in nominal GDP growth in Angola (2005-2012)



Unidade: mil milhões de Kwanzas.

Fonte: Orçamento Geral do Estado para o ano de 2012. Valor Estimados para 2011 e 2012.

A taxa de crescimento real do PIB, no ano de 2012, será de 12,8%, mantendo-se elevado nos anos seguintes, após ter ultrapassado a crise financeira internacional tendo, apesar de tudo, mantido taxas positivas de 2,4%, 3,4% e 1,7% em 2009, 2010 e 2011 respectivamente.

Comportamento do Produto Nacional (2009-2012)

	2009	2010	2011	2012
Projeções				
1. Taxa de Crescimento (%)				
PIB	2,4	3,4	1,7	12,8
PIB Petróleo	-5,1	-3	-8,8	13,4
PIB não Petróleo	8,3	7,8	8,1	12,5
Diamantes	4,6	-10,3	-1,7	10,1
Construção	23,8	16,1	6,1	7,5
2. Produção Média de Petróleo (mil barris /dia)	1 809,0	1 755,0	1 601,1	1 842,5
3. Produção Anual de Diamantes (mil quilates)	9 320,0	8 360,0	8 301,0	11 364,0
4. Preço do Petróleo (USD/barril)	60,9	77,9	104	77
5. Preço do Diamante (quilate)	79,6	-	-	-
6. PIB a preços correntes (mil milhões de KZ)	5 988,7	7 579,5	9 307,2	9 844,5

Fonte: Ministério do Planeamento de Angola

Como se pode constatar no Quadro acima, tem vindo a diminuir a dependência da economia angolana do petróleo.

Sendo de destacar que o PIB Petrolífero apresentou taxas negativas, nos anos supracitados de -5,1%, -3,0% e -8,8%, só recuperando em 2012 com 13,4%.

Nesses mesmos anos, o PIB Não Petrolífero teve taxas de crescimento positivas e deu um contributo determinante para a evolução da economia, que só foi positiva em 2009, 2010 e 2011, devido às taxas de 8,3%, 7,8% e 8,1% do Sector Não Petrolífero da economia.

Dentro deste, destacam-se a "Construção", a "Energia" e a "Industria Transformadora".

Produto Interno Bruto (2009-2012)

Taxas de Crescimento Reais, Percentagem

	Estimativas			
	2009	2010	2011	2012
PIB a preços correntes de mercado (mil milhões de kz)	5 988,7	7 579,5	9 307,1	9 844,5
Taxa de crescimento real (preços do ano anterior) (%)	2,4	3,4	1,7	12,8
Sector petrolífero	-5,1	-3	-8,8	13,4
Sector não petrolífero	8,3	7,8	8,1	12,5
Composição (%)	100	100	100	100
Agricultura, Pecuária e Pescas	10,4	10,1	10,2	12,2
Indústria extractiva	46,5	46,9	47,4	39,7
Petróleo Bruto e Gás	45,6	45,9	46,6	38,8
Diamantes e outras extractivas	0,9	1	0,8	0,9
Industria Transformadora	6,2	6,3	6,5	7,3
Energia eléctrica	0,1	0,1	0,1	0,2
Construção	7,7	8,1	7,9	8,9
Serviços mercantis	21,2	21	20,4	23,3
Outros	7,8	7,4	7,4	8,1

Fonte: Ministério do Planeamento, INE e Ministério das Finanças.

De notar que os "Diamantes" tiveram um quebra em 2010 (-10,3%) e 2011 (-1,7%), tendo já recuperado em 2012 (10,1%).

Para 2012, os dados oficiais apresentam uma taxa de crescimento notável tanto do PIB Petrolífero como do Não Petrolífero e dentro destes destacam-se os "Serviços Mercantis" e a "Agricultura, Pecuária e Pescas".

De acordo com a contribuição para o PIB, o Sector Petrolífero deverá subir de 45,6% para 45,9% e 46,6% em 2009, 2010 e 2011, voltando a descer em 2011 (38,8%).

Isto revela que, apesar da importância que este sector tem na economia angolana, o governo tem tido algum sucesso na sua política de diversificação da economia, que se espera que prossiga.

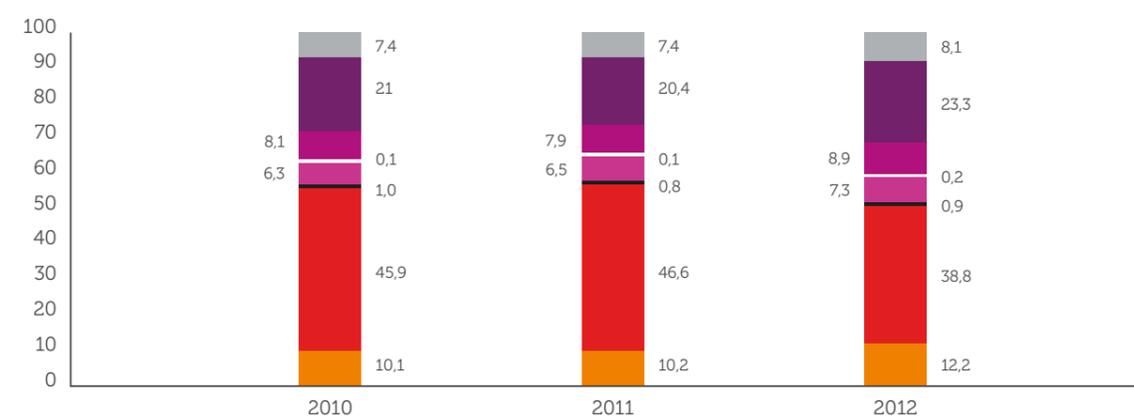
Para o ano de 2013 e de acordo com o respectivo OGE, mais de 70% das receitas orçamentais excluindo activos financeiros, virão da venda de petróleo,

antevendo-se uma produção de 673 milhões de barris, numa média de 1,84 milhões de barris por dia, um pouco abaixo das previsões iniciais de uma produção média diária de 2 milhões de barris.

Nos objectivos e prioridades do Governo para 2013, durante a execução do OGE, foi realçado que o mesmo "prioriza políticas de desenvolvimento humano, orientadas para o combate à fome, redução da pobreza e desigualdades sociais".

É neste campo que o microcrédito poderá ter um papel muito importante.

Segmentação PIB Angola (2010-2012) (%)



Fonte: Orçamento Geral do Estado 2012

Quanto à inflação, conforme se pode verificar no gráfico 3, tem vindo a decrescer desde 2005 a 2012, sendo um dos objectivos de política económica mais conseguidos do Governo.

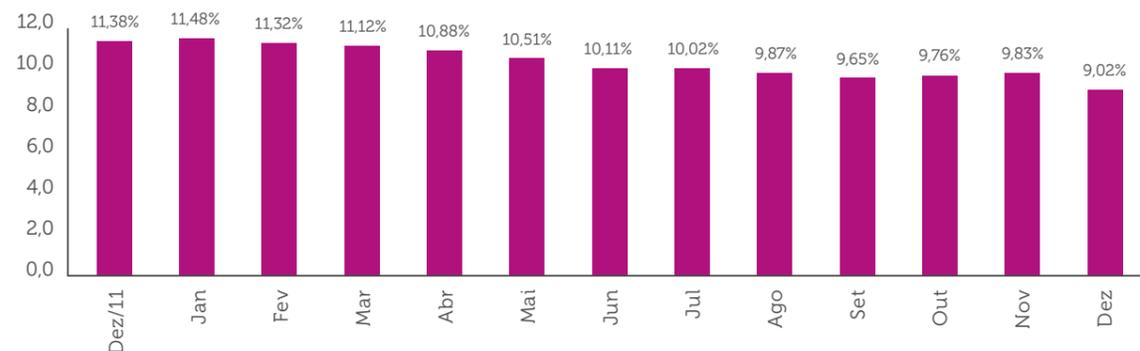
A prossecução deste objectivo é também fundamental para assegurar o crescimento saudável da economia angolana e para defesa das classes mais desfavorecidas, que são o público-alvo do microcrédito.

Para 2012, prevê-se que a taxa de inflação atinja 9,87% no fim do ano, passando a um dígito nos anos seguintes, após ter atingido 12%, 15% e 13,9% em 2011, 2010 e 2009, respectivamente.

Conforme se pode verificar no Gráfico 4, sobre a marcha da inflação no ano de 2012, o custo de vida tem vindo a desacelerar.

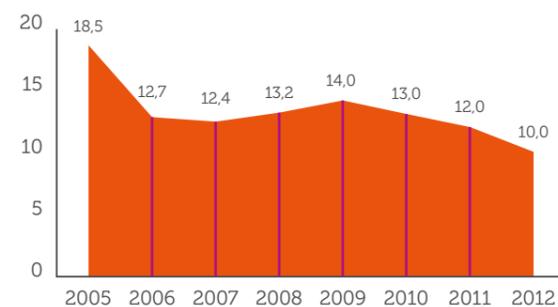
Em termos mensais, o IPC passou de 0,93% em Novembro, para 0,99% em Dezembro.

A marcha descendente da inflação em 2012



Fonte: INE

Taxa de Inflação Homóloga de Angola 2005-2012 (%)



Fonte: Ministério das Finanças

A classe de "Alimentação e Bebidas Não Alcoólicas" foi a que registou um maior aumento de preços, com 1,19%.

Destacam-se também os aumentos de preços nos "Bens e Serviços Diversos" com 1,08% "Vestuário e Calçado" com 1,05% e "Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção" com 1,02%.

As menores variações foram verificadas nos Transportes (0,52%), Saúde (0,73%) e Lazer (0,75%), entre Novembro e Dezembro de 2012.

Esta é a primeira vez, em quase 20 anos, período desde que há registos sobre a evolução da variação de preços da província de Luanda, que a inflação se escreve com um dígito.

O custo de vida na província de Luanda aumentou cerca de 9,0% em 2012.

Corresponde a uma baixa de 2,3 pontos percentuais relativamente a 2011 em que foi de 11,3 fixando-se abaixo das próprias expectativas governamentais.

Com efeito o Executivo angolano tinha definido como meta para o ano de 2012 uma inflação de 10% em Dezembro e há três meses consecutivos que a variação homóloga se situa abaixo desta meta, fixando-se em 9,87%.

A primeira vez que a inflação anual na província de Luanda se cifrou em apenas um dígito, foi no mês de Agosto, o que nos leva a ter perspectivas positivas para este indicador nos próximos tempos.

Taxa de Inflação (%)

Anos	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Tx	11,8	13,8	13,8	15,3	12,0	9,9

Fonte: INE/OGE

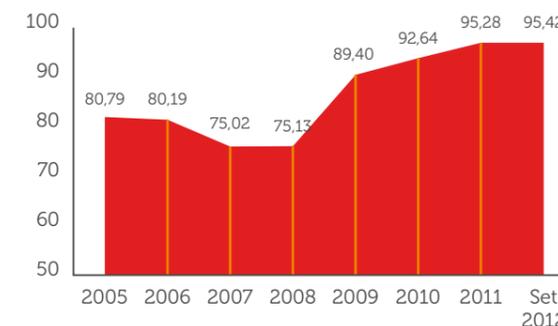
Portanto, após uma certa aceleração nos anos de 2009 (13,8%) e 2010 (15,3%), deu-se uma reversão da tendência de alta. A alta anterior deveu-se à crise económica internacional e ao agravamento de preços das principais mercadorias e bens alimentares nos mercados internacionais.

Para se conseguir a redução da taxa de inflação para menos de 10%, com a economia a crescer 13%, foi necessário um grande esforço, para o qual terá contribuído a política monetária e a descida da taxa de remuneração dos activos sem risco.

A execução da política monetária prosseguiu assente na adequação da oferta monetária aos objectivos da estabilidade de preços e do equilíbrio do mercado cambial e das contas externas Angolanas.

Prossegue o esforço no sentido da desdolarização da economia e do controle da taxa de câmbio média entre o dólar americano e o Kwanza.

Taxa de câmbio média USD-AOA 2005-2012 (%)



Fonte: Estatísticas do BNA

No decorrer de 2011, a taxa de câmbio do Kwanza face ao dólar teve um crescimento muito moderado e menor que nos anos transactos.

Durante 2012 esta tendência prosseguiu, fixando-se a taxa de câmbio em 95,4 Kwanzas por dólar em Setembro (Gráfico 5).

No que respeita à Balança de Pagamentos, também teve um comportamento positivo, o que constitui um factor positivo que Angola apresenta, em contraste com muitos outros países, que se encontram altamente endividados.

E esta tendência tenderá a prosseguir, pois Angola está a implementar um forte programa de substituição de importações, para depender cada vez menos dos produtos importados e passar a produzi-los internamente, ficando cada vez mais auto-suficiente, como de resto já foi e tem tudo para voltar a ser.

O interesse no investimento privado em Angola, uma das economias mais dinâmicas de África, é patente no quadro que reflecte o número dos projectos aprovados pela ANIP, que se mantem elevado.

Isto, apesar de terem diminuído no último ano de que se dispõem estatísticas, em 2011, devido à entrada em vigor de uma nova Lei que exige um montante mínimo de um milhão de dólares para ter acesso aos incentivos e isenções fiscais concedidas pelo Governo.

De notar que, como excepção ao presente regime de investimentos, temos o caso das pessoas colectivas de direito privado com 50% ou mais do seu capital social detido pelo Estado ou por pessoas colectivas públicas.

Investimentos Aprovados pela ANIP

Anos	Nº projectos
2007	628
2008	601
2009	615
2010	574
2011	180

Fonte: ANIP

13. Análise Financeira

O ano de 2012 mostrou-se bastante positivo para o sector financeiro Angolano, em que, apesar do conjunto de medidas instrutivas impostas pelo Banco Nacional de Angola no sentido de regular cada vez melhor a actividade Bancária, de acordo com as normas e boas práticas internacionais, o sistema manteve o nível de crescimento dos anos anteriores.

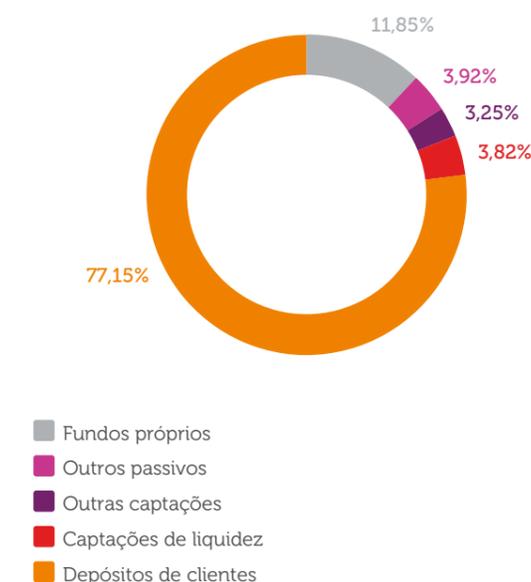
Para o Banco de Negócios Internacional, o ano 2012 fica marcado pela forte aposta no rebranding da marca, apresentando-se ao mercado com uma imagem renovada, nova identidade e logotipo. Estabelecido em 13 províncias, com um total de 569 Colaboradores e 62 agências, o BNI serviu em 2012 um total de 95 896 Clientes. Estes indicadores associados a uma gestão ousada, comprometida com as boas práticas de governação e a satisfação dos Clientes, permitiu atingir valiosos resultados, como superar os USD 1 000 000 milhares em Recursos de Clientes, alcançar um Activo líquido de USD 1 692 075 milhares, Fundos Próprios no valor de USD 220 730 milhares e um rácio de Solvabilidade de 14,73% (14,79% em 2011).

Composição do Balanço 2012

Activo



Passivo e fundos próprios



Activo

Em Dezembro de 2012 o **Activo** líquido do Banco alcançou AOA 162 144 578 milhares (USD 1 692 075 milhares) contra AOA 115 716 592 milhares (USD 1 214 463 milhares) em 2011, perfazendo um crescimento de 40,12%, ou seja, AOA 46 427 985 milhares (USD 477 612 milhares), estimulado essencialmente pelo crédito concedido a Clientes fixado em AOA 75 825 141 milhares (USD 791 280 milhares), representando 46,76% (2011: 53,59%) sobre o activo líquido do Banco.

O Activo do Banco é financiado maioritariamente pelos depósitos de Clientes, com um peso de 77%.

	2012		Peso (%)	2011		Peso (%)	Δ %
	AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
Total do Activo	162 144 578	1 692 075	-	115 716 592	1 214 463	-	40%
Disponibilidades	44 785 881	467 367	28%	23 609 027	247 780	20%	90%
Aplicações de liquidez	5 676 096	59 233	4%	5 166 523	54 223	4%	10%
Títulos e valores mobiliários (mantidos até ao vencimento)	12 818 929	133 773	8%	12 649 622	132 760	11%	1%
Créditos a sistemas de pagamentos	10 405	109	0%	-	-	-	-
Operações cambiais	774 166	8 079	0%	-	-	-	-
Crédito total	75 825 141	791 280	47%	62 014 565	650 852	54%	22%
Outros valores	6 792 528	70 884	4%	1 272 302	13 352	1%	434%
Imobilizações	15 461 432	161 349	10%	11 004 553	115 494	10%	41%

Disponibilidades

As **Disponibilidades** estabeleceram-se em AOA 44 785 881 milhares (USD 467 367 milhares) registando um crescimento de 89,70% equivalente a AOA 21 176 854 milhares (USD 219 587 milhares), representando 27,62% (2011: 20,40%) do activo líquido.

A estimular este incremento esteve o crescimento das Disponibilidades em Instituições Financeiras, com um total de AOA 20 327 342 milhares (USD 212 128 milhares) e um peso de 12,54% (2011: 3,92%) do activo líquido.

	2012		Peso (%)	2011		Peso (%)	Δ %
	AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
Disponibilidades	44 785 881	467 367	-	23 609 027	247 780	-	90%
Caixa	5 330 194	55 624	12%	3 976 184	41 731	17%	34%
Disponibilidades no Banco Central	19 128 345	199 616	43%	15 096 762	158 443	64%	27%
Disponibilidades em instituições financeiras	20 327 342	212 128	45%	4 536 081	47 607	19%	348%

Aplicações de Liquidez

As **Aplicações de Liquidez** fixaram-se em AOA 5 676 096 milhares (USD 59 233 milhares) beneficiando de um crescimento de 9,86%, AOA 509 573 milhares (USD 5 010 milhares) por forma a rentabilizar o excedente de liquidez em ME e de igual modo fazer face aos novos limites de exposição cambial impostos pelo Banco Nacional de Angola. As aplicações de liquidez representam 3,50% do activo total do Banco.

Assim sendo, AOA 4 942 184 milhares (USD 51 575 milhares) representam o montante aplicado em Instituições no exterior do país em Dólares norte americanos e AOA 733 912 (USD 7 659 milhares) em Euros.

Títulos

A carteira de **Títulos** é composta por Títulos da Dívida Pública Angolana, mantidos até ao vencimento, fixados em AOA 12 818 929 milhares (USD 133 773 milhares) contra AOA 12 649 622 milhares (USD 132 760 milhares) em 2011, tendo registado uma variação homóloga positiva de 1,34%, cerca de AOA 169 307 milhares (USD 1 013 milhares), representando 7,91% (10,93% em 2011) do Activo líquido.

Os Títulos de curto prazo (Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central) representam 51,99% da carteira de Títulos do Banco, sendo que os restantes 48,01% respeitam Títulos de médio prazo (Obrigações do Tesouro).

Relativamente a moeda, os Títulos em MN (TBC's, BT's e OT's indexadas ao IPC) representam 94,21% (86,64% em 2011) da carteira, enquanto os Títulos denominados em ME (Obrigações do tesouro) representam os restantes 5,79% (13,36% em 2011).

O Banco classifica os Títulos na categoria de mantidos até ao vencimento uma vez que tem a intenção e a capacidade financeira de os manter até ao respectivo vencimento.

Crédito

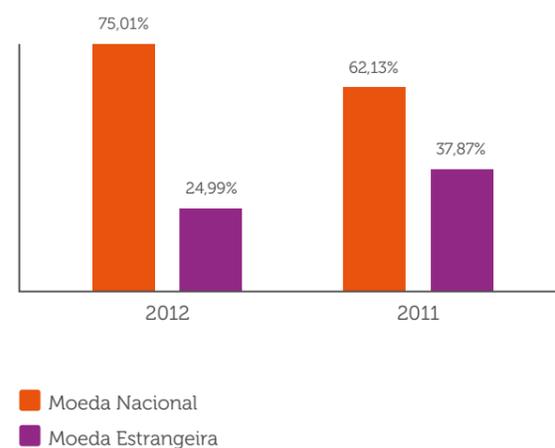
Em Dezembro de 2012 o **Crédito total** cifrou-se em AOA 75 825 141 milhares (USD 791 280 milhares) alcançando um crescimento de 22,27%, ou seja, AOA 13 810 576 milhares (USD 140 428 milhares), face a igual período de 2011, passando a representar 46,76% do activo líquido do banco.

O Crédito bruto em 2012 perfez AOA 77 933 005 milhares (USD 813 277 milhares), reflectindo um crescimento de 21,26%, ou seja AOA 13 663 057 milhares (USD 138 754 milhares) em relação ao período homólogo.

	2012		Peso (%)	2011		Peso (%)	Δ %
	AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
Crédito total	75 825 141	791 280	-	62 041 565	650 852	-	22%
Crédito vivo e vencido	77 933 005	813 277	-	64 269 948	674 523	-	21%
Em moeda nacional	56 778 073	592 513	75%	39 249 616	411 931	63%	45%
Empresas	50 969 526	531 897	67%	34 139 516	358 299	55%	49%
Particulares	5 808 547	60 616	8%	5 110 100	53 631	8%	14%
Em moeda estrangeira	19 228 149	200 657	25%	24 168 847	253 655	39%	-20%
Empresas	17 903 138	186 830	23%	21 898 158	229 824	35%	-18%
Particulares	1 325 011	13 827	2%	2 270 689	23 831	4%	-42%
Juros a receber	1 926 783	20 107	3%	851 485	8 937	1%	126%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 24)	(2 107 864)	(21 997)	-3%	(2 255 383)	(23 671)	-4%	-7%

A 31 de Dezembro de 2012, o Crédito em MN alcançou AOA 56 778 073 milhares (USD 592 073 milhares), e o Crédito em ME AOA 19 228 149 milhares (USD 200 657 milhares), com pesos de 74,88% (2011: 63,26%) e 25,36% (2011: 38,96%) sobre o crédito total, respectivamente, reflectindo o esforço do Banco no sentido de reduzir a exposição do crédito em ME.

Composição do Crédito por moeda



ANÁLISE FINANCEIRA

A 31 de Dezembro de 2012 o **Crédito vencido** cifrou-se em AOA 1 640 089 milhares (USD 17 115 milhares) contra AOA 3 098 886 milhares (USD 32 523 milhares) em 2011, reflectindo um abrandamento de 47,07%, cerca de AOA 1 458 798 milhares (USD 15 408 milhares) alcançando um rácio de crédito vencido de 2,64% (4,82% em 2011).

O trabalho de recuperação de Crédito mal parado realizado durante o exercício de 2012 beneficiou igualmente o rácio de cobertura de crédito vencido por provisões de crédito de liquidação duvidosa que cifrou-se em 102,55% contra 72,78% no período homólogo.

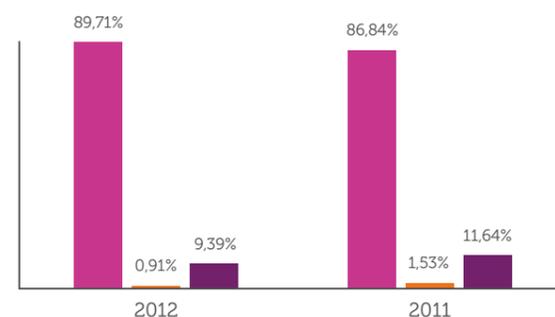
Qualidade do Crédito

	2012		Peso (%)	2011		Peso (%)	Δ %
	AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
Crédito líquido	75 825 141	791 280	-	62 014 565	650 852	-	22%
Provisões para crédito	(2 107 864)	(21 997)	3%	(2 255 383)	(23 671)	4%	-7%
Crédito bruto	77 933 005	813 277	-	64 269 948	674 523	-	21%
Crédito vincendo	75 877 565	791 827	97%	61 171 062	642 000	95%	24%
Crédito vencido	2 055 440	21 450	3%	3 098 886	32 523	5%	-34%
Nº dias de atraso							
15-30	348 237	3 634	17%	218 923	2 298	7%	59%
30-60	263 455	2 749	13%	178 777	1 876	6%	47%
60-90	112 809	1 178	5%	114 276	1 199	4%	-1%
90-150	330 886	3 453	16%	155 576	1 633	5%	113%
150-180	161 856	1 689	8%	287 336	3 015	9%	-44%
>180	838 197	8 747	41%	2 143 998	22 502	69%	-61%

(*) O peso apresentado reflecte a carteira de crédito total líquida de provisões.

As **Provisões específicas** no exercício de 2012 situaram-se em AOA 2 107 864 milhares (USD 21 997 milhares), representando um custo do risco de 1,75% (3,10% em 2011) e cobrindo 102,55% do crédito vencido (72,78% em 2011).

Composição do Crédito por sector



- Sector empresarial
- Sector público
- Sector particular

Passivo

O Banco concluiu o exercício de 2012 com um **Passivo** de AOA 142 934 679 milhares (USD 1 491 609 milhares) beneficiando de um crescimento de 44,12%, mais AOA 43 755 668 milhares (USD 450 710 milhares) face ao período homólogo.

A alavancar o Passivo estiveram os Depósitos de Clientes cifrados em AOA 125 102 191 milhares (USD 1 305 516 milhares), com um peso de 87,52% (86,94% em 2011), seguido das Captações de liquidez fixadas em AOA 6 201 050 milhares (USD 64 712 milhares), com um peso de 4,34% sobre o total do passivo do Banco.

	2012		Peso (%)	2011		Peso (%)	Δ %
	AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
Total do Passivo	142 934 679	1 491 609	-	99 179 010	1 040 898	-	44%
Depósitos	125 102 191	1 305 516	88%	86 224 047	904 934	87%	45%
Captações para liquidez	6 201 050	64 712	4%	-	-	-	-
Obrigações no sistema de pagamentos	2 241 542	23 392	2%	855 327	8 977	1%	162%
Operações cambiais	776 155	8 100	1%	3 802	40	0%	-
Outras captações	5 274 529	55 043	4%	10 366 214	108 795	10%	-49%
Outras obrigações	2 961 851	30 908	2%	1 674 048	17 569	2%	77%
Provisões para responsabilidades prováveis	377 361	3 938	0%	55 572	583	0%	579%

Recursos de Clientes

Os **Depósitos de Clientes** alcançaram em 2012 um total de AOA 125 102 191 milhares (USD 1 305 516 milhares), favorecido por um crescimento de 45,09%, ou seja, AOA 38 878 144 milhares (USD 400 582 milhares) representando 87,52% do passivo total do Banco.

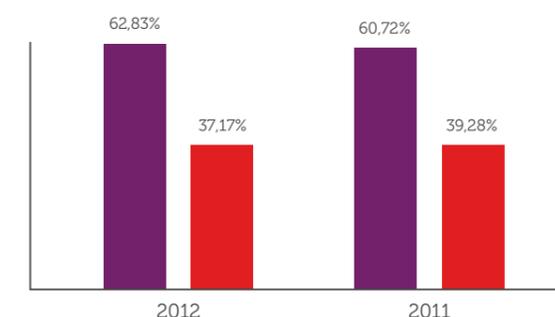
A carteira de depósitos é composta por depósitos à ordem, a prazo e outros depósitos, com pesos de 40,40%, 47,26% e 12,33%, respectivamente.

Os Depósitos à ordem estabeleceram-se em AOA 50 545 499 milhares (USD 527 472 milhares), obtendo um crescimento de 45,94% face a igual período no ano anterior. Os Depósitos a prazo totalizaram AOA 59 127 524 milhares (USD 617 031 milhares), alcançando um crescimento na ordem dos 14,64% face a igual período no ano anterior.

Os Outros depósitos situaram-se nos AOA 15 429 168 milhares (USD 161 013 milhares), obtendo um crescimento superior a 1000% face ao período homólogo.

	2012		Peso (%)	2011		Peso (%)	Δ %
	AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
Depósitos de Clientes	125 102 191	1 305 516	-	86 224 047	904 934	-	45%
Depósitos à ordem	50 545 499	527 472	40%	34 633 553	363 484	40%	46%
Depósitos a prazo	59 127 524	617 031	47%	51 574 962	541 287	60%	15%
Outros depósitos	15 429 168	161 013	12%	15 532	163	0%	99235%

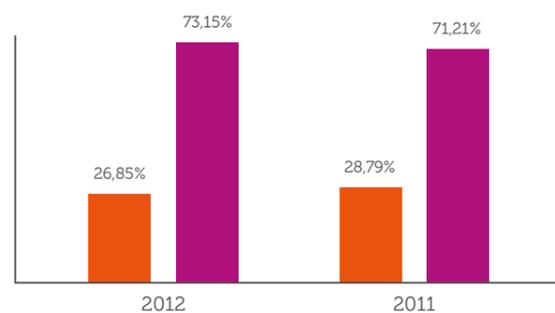
Composição dos Depósitos de Clientes por moeda



- Moeda Nacional
- Moeda Estrangeira

Os recursos em ME representam 37,17% (39,28% em 2011) do total dos depósitos sendo que os restantes 62,83% (60,72% em 2011) respeitam os recursos em MN, reflectindo uma redução dos depósitos em ME em relação a angolana. O rácio de transformação dos depósitos dos Clientes fixou-se em 62,30%, contra 74,54% em 2011.

Composição dos Depósitos de Clientes por sector



■ Sector particular
■ Sector empresarial

Resultado do acordo celebrado em 2011 entre o Banco de Negócios Internacional e o Banco Nacional de Angola, com o objectivo de incrementar o índice da população bancarizada no país, em Dezembro de 2012, o número de contas à ordem Bankita estabeleceu-se em 5 844 (2011: 981) e 63 (2011: 17) contas a prazo Bankita a crescer, perfazendo um total aplicado de AOA 39 118 milhares (USD 411 milhares).

Margem Financeira

A **Margem financeira** totalizou em 2012 AOA 5 684 889 milhares (USD 59 572 milhares) contra AOA 5 425 326 milhares (USD 57 781 milhares) alcançando um crescimento de 4,78%, ou seja, AOA 259 563 milhares (USD 1 791 milhares).

Para tal, contribuiu o abrandamento dos Custos de instrumentos financeiros passivos que diminuíram -6,74%, cerca de AOA 251 235 milhares (USD 3 271 milhares) compensando os Proveitos de instrumentos financeiros activos que obtiveram um crescimento na ordem dos 0,09%, cerca de AOA 8 328 milhares (USD 1 480 milhares) face a 2011.

	2012	2012	Peso	2011	2011	Peso	Δ
	AOA'000	USD'000	(%)	AOA'000	USD'000	(%)	%
Margem Financeira	5 684 889	59 572	-	5 425 326	57 781	-	5%
Proveitos de instrumentos financeiros activos	9 162 645	96 015	-	9 154 317	97 495	-	0%
Proveitos de aplicações de liquidez	21 798	228	0%	32 231	343	0%	-32%
Proveitos de títulos e valores mobiliários	836 368	8 764	9%	1 518 459	16 172	17%	-45%
Proveitos de créditos	8 304 479	87 023	91%	7 603 627	80 980	83%	9%
(-) Custos de instrumentos financeiros passivos	(3 477 756)	(36 443)	-	(3 728 991)	(39 714)	-	-7%
Custos de depósitos	(2 787 543)	(29 210)	80%	(2 958 871)	(31 513)	79%	-6%
Custo de captações para liquidez	(402 332)	(4 216)	12%	(397 325)	(4 232)	11%	1%
Custo de captações com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(75 631)	(805)	2%	-
Custos de outras captações	(287 881)	(3 017)	8%	(297 164)	(3 165)	8%	-3%

ANÁLISE FINANCEIRA

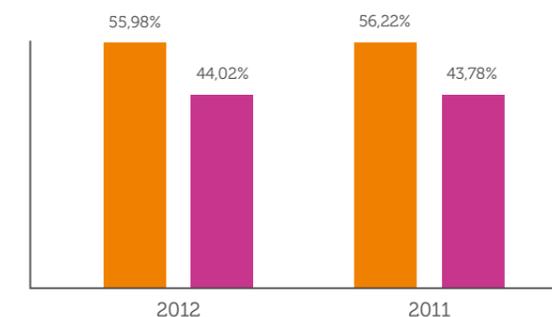
Margem Complementar

A Margem complementar totalizou 4 469 905 milhares (USD 46 840 milhares) contra AOA 4 225 377 milhares (USD 45 001 milhares) em 2011, obtendo um crescimento de 5,79%, ou seja, AOA 244 528 milhares (USD 1 839 milhares) face a igual período no ano anterior.

	2012	2012	Peso	2011	2011	Peso	Δ
	AOA'000	USD'000	(%)	AOA'000	USD'000	(%)	%
Margem complementar	4 469 904	46 840	-	4 225 377	45 001	-	6%
Resultados de negociações e ajustes ao valor justo	26 132	274	1%	51 266	546	1%	-49%
Resultados de operações cambiais	2 126 546	22 284	48%	2 087 309	22 230	49%	2%
Resultado da prestação de serviços financeiros	2 317 226	24 282	52%	2 086 802	22 225	49%	11%

Resultado da Intermediação Financeira

Comparativamente ao período homólogo o **Resultado da intermediação financeira** beneficiou de um incremento de 27,08%, ou seja, AOA 2 073 793 milhares (USD 20 420 milhares).



■ Margem financeira
■ Margem de intermediação

Custos de Estrutura

Comportam os **Custos de estrutura**, os custos com Pessoal, Fornecimento de terceiros, Amortizações do exercício e Outros custos, perfazendo um total de AOA 6 029 255 milhares (USD 63 181 milhares) contra AOA 4 447 747 milhares (USD 47 369 milhares) em 2011, alcançando um incremento de 35,56%, ou seja, AOA 1 581 508 milhares (USD 15 812 milhares).

O incremento nos custos é explicado essencialmente pelo crescimento da estrutura comercial, ampliação do quadro pessoal e desgaste o imobilizado do Banco.

O rácio de **cost to income** cifrou-se em 58,32% contra 44,28% em 2011.

	2012		Peso (%)	2011		Peso (%)	Δ %
	AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
Custos Administrativos e de Comercialização	6 029 255	63 181	-	4 447 747	47 369	-	36%
Custos com o pessoal	1 893 030	19 837	31%	1 579 277	16 820	36%	20%
Fornecimentos de terceiros	2 518 753	26 394	42%	1 989 161	21 185	45%	27%
Impostos e taxas	13 110	137	0%	20 953	223	0%	-37%
Penalidades	5 324	56	0%	234	2	0%	2180%
Depreciações e Amortizações	1 599 037	16 756	27%	858 123	9 139	19%	86%

Rentabilidade

O Banco concluiu o exercício de 2012 com um **Resultado líquido** de AOA 3 378 526 milhares (USD 35 404 milhares) contra AOA 3 220 695 milhares (USD 34 301 milhares) alcançados em 2011, perfazendo um crescimento de 4,90%, mais

AOA 157 832 milhares (USD 1 102 milhares) que no período homólogo.

Para o ano de 2012, foi estimado o imposto industrial AOA 750 151 milhares (USD 7 861 milhares).

	2012		2011		Δ %
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000	
Resultado					
Margem financeira	5 684 889	59 572	5 425 326	57 781	5%
Margem complementar	4 469 904	46 840	4 225 377	45 001	6%
Produto bancário	10 154 793	106 412	9 650 703	102 782	5%
(-) Provisões	(424 242)	(4 446)	(1 993 945)	(21 236)	-79%
Resultado da intermediação financeira	9 730 551	101 966	7 656 758	81 546	27%
(-) Custos de estrutura	(6 029 255)	(63 181)	(4 447 747)	(47 369)	36%
(-) Provisões sobre outros valores	(198 132)	(2 076)	56 933	(606)	248%
(-) Recuperações de custos	57 044	598	18 478	197	209%
(-) Outros proveitos e custos operacionais	384 901	4 033	411 255	4 380	-6%
Resultados operacionais	3 945 110	41 341	3 695 676	39 360	7%
Resultados não operacionais	183 567	1 924	394 137	4 198	-53%
(-) Provisões para impostos sobre lucros	(750 151)	(7 861)	(869 118)	(9 256)	-14%
Resultado líquido	3 378 526	35 404	3 220 695	34 301	5%

ANÁLISE FINANCEIRA

O Banco verificou uma depreciação da rentabilidade dos Capitais próprios (**ROE**), situando-se em 15,97% contra 20,18% em 2011. A rentabilidade dos Activos (**ROA**) fixou em 2,08% registando um abrandamento de 0,70 p.p em relação a data homóloga, promovido pelo incremento verificado no Activo do Banco durante o ano de 2012.

	2012 %	2011 %	Δ p.p
Rentabilidade			
ROA	2,08%	2,78%	-0,70%
ROE	15,97%	20,18%	-4,21%
RAI/Capitais próprios	26,08%	30,71%	-4,63%

Fundos Próprios Regulamentares e Solvabilidade

Os **Fundos Próprios Regulamentares** do Banco, calculados nos termos do instrutivo n.º 3 / 2011 do Banco Nacional de Angola, alcançaram em 2012 os AOA 21 151 671 milhares (USD 220 730 milhares) contra AOA 15 959 219 milhares (USD 167 494 milhares) em 2011, atingindo um crescimento de 32,54% estimulado pela aplicação do resultado de 2011 em Reserva legal (20%) e em Resultados transitados (57,50%), assim como pelo Resultado líquido do exercício de 2012.

Os **Activos Ponderados** pelo risco totalizaram AOA 124 373 377 milhares (USD 1 297 910 milhares) de acordo com o novo modelo de cálculo, baseado no instrutivo n.º3 / 2011 de 08 de Junho.

Evolução Fundos Próprios Regulamentares e Activos Ponderados pelo Risco

	2012		2011		Δ %
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000	
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	14,73%	-	14,79%	-	0%
Fundos Próprios Regulamentares	21 151 671	220 730	15 959 219	167 494	33%
Activo Líquido Ponderado	124 373 377	1 297 910	102 263 400	1 073 270	22%
Exigência de Capital p/ Risco Cambial	1 922 783	20 065	563 599	5 915	241%

O **Rácio de Solvabilidade**, calculado com base no mesmo instrutivo do Banco Nacional de Angola, cifrou-se em 14,73 % contra 14,79% em 2011.

14. Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial

Em 31 de Dezembro
de 2012 e 2011

	Notas	2012 AOA'000	2012 USD'000	2011 AOA'000	2011 USD'000
Activo					
Disponibilidades	3	44 785 881	467 367	23 609 027	247 780
Aplicações de liquidez		5 676 096	59 233	5 166 523	54 223
Operações no mercado monetário interfinanceiro	4	5 676 096	59 233	5 166 523	54 223
Títulos e valores mobiliários		12 818 929	133 773	12 649 622	132 760
Mantidos até ao vencimento	5	12 818 929	133 773	12 649 622	132 760
Créditos no sistema de pagamento	6	10 405	109	-	-
Operações cambiais	7	774 166	8 079	-	-
Crédito total		75 825 141	791 280	62 014 565	650 852
Crédito vivo e vencido	8	77 933 005	813 277	64 269 948	674 523
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(2 107 864)	(21 997)	(2 255 383)	(23 671)
Outros valores	9	6 792 528	70 884	1 272 302	13 352
Imobilizações financeiras	10	1 637 265	17 086	381 058	3 999
Imobilizações corpóreas e em curso	11	13 326 005	139 065	10 426 190	109 424
Imobilizações incorpóreas	11	498 162	5 199	197 305	2 071
Total do activo		162 144 578	1 692 075	115 716 592	1 214 463
Passivo					
Depósitos		125 102 191	1 305 516	86 224 047	904 934
Depósitos à ordem	12	50 545 499	527 472	34 633 553	363 484
Depósitos a prazo	12	59 127 524	617 031	51 574 962	541 287
Outros depósitos	12	15 429 168	161 013	15 532	163
Captações para liquidez		6 201 050	64 712	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro	13	6 201 050	64 712	-	-
Obrigações no sistema de pagamentos	14	2 241 542	23 392	855 327	8 977
Operações cambiais	7	776 155	8 100	3 802	40
Outras captações		5 274 529	55 043	10 366 214	108 795
Dívida subordinada	15	4 867 157	50 792	4 837 949	50 775
Outras captações contratadas	15	407 372	4 251	5 528 265	58 020
Outras obrigações	16	2 961 851	30 908	1 674 048	17 569
Provisões para responsabilidades prováveis	17	377 361	3 938	55 572	583
Total do passivo		142 934 679	1 491 609	99 179 010	1 040 898
Capital social	18	6 039 104	63 022	6 039 104	63 381
Reservas e fundos	19	3 865 657	40 340	3 203 072	33 617
Resultados de conversão	2	-	(148)	-	(499)
Resultados transitados	19	5 926 612	61 848	4 074 711	42 765
Resultado líquido do exercício		3 378 526	35 404	3 220 695	34 301
Total dos fundos próprios		19 209 899	200 466	16 537 582	173 565
Total do passivo e fundos próprios		162 144 578	1 692 075	115 716 592	1 214 463

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Resultados

Referente aos exercícios findos
em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Notas	2012 AOA'000	2012 USD'000	2011 AOA'000	2011 USD'000
Proveitos de instrumentos financeiros activos		9 162 645	96 015	9 154 317	97 495
Proveitos de aplicações de liquidez	20	21 798	228	32 231	343
Proveitos de títulos e valores mobiliários	20	836 368	8 764	1 518 459	16 172
Proveitos de créditos	20	8 304 479	87 023	7 603 627	80 980
(-) Custos de instrumentos financeiros passivos		(3 477 756)	(36 443)	(3 728 991)	(39 714)
Custos de depósitos	21	(2 787 543)	(29 210)	(2 958 871)	(31 513)
Custo de captações para liquidez	21	(402 332)	(4 216)	(397 325)	(4 232)
Custo de captações com títulos e valores mobiliários	21	(0)	(0)	(75 631)	(805)
Custos de outras captações	21	(287 881)	(3 017)	(297 164)	(3 165)
Margem financeira		5 684 889	59 572	5 425 326	57 781
Resultados de negociações e ajustes ao valor justo		26 132	274	51 266	546
Resultados de operações cambiais	22	2 126 546	22 284	2 087 309	22 230
Resultado da prestação de serviços financeiros	23	2 317 226	24 282	2 086 802	22 225
(-) Provisões p/ crédito de liq. duvidosa e prest. garantias	24	(424 242)	(4 446)	(1 993 945)	(21 236)
Resultado da Intermediação Financeira		9 730 551	101 966	7 656 758	81 546
(-) Pessoal	25	(1 893 030)	(19 837)	(1 579 277)	(16 820)
(-) Fornecimentos de terceiros	26	(2 518 753)	(26 394)	(1 989 161)	(21 185)
(-) Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado		(13 110)	(137)	(20 953)	(223)
(-) Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras		(5 324)	(56)	(234)	(2)
(-) Depreciações e amortizações	27	(1 599 037)	(16 756)	(858 123)	(9 139)
(-) Provisões sobre outras responsabilidades prováveis	28	(198 132)	(2 076)	56 933	606
Recuperação de custos		57 044	598	18 478	197
Outros proveitos e custos operacionais	29	384 901	4 033	411 255	4 380
Resultado operacional		3 945 110	41 341	3 695 676	39 360
Resultado não operacional	30	183 567	1 924	394 137	4 198
Resultado antes do imposto e outros encargos		4 128 677	43 264	4 089 813	43 557
(-) Encargos sobre resultado corrente	31	(750 151)	(7 861)	(869 118)	(9 256)
Resultado líquido do exercício		3 378 526	35 404	3 220 695	34 301

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Mutação
dos Fundos
Próprios

Referente aos exercícios findos
em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

AOA'000	Capital social	Reservas	Fundo social	Resultados transitados	Total das reservas e fundos	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	6 039 104	2 581 943	-	2 379 640	11 000 687	2 947 948	13 948 635
Recebimentos por aumento de capital							
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(631 749)	(631 749)
Constituição do fundo social	-	-	31 540	-	31 540	(31 540)	-
Constituições de reservas	-	589 589	-	-	589 589	(589 589)	-
Transferência de resultados de 2010	-	-	-	1 695 071	1 695 070	(1 695 070)	-
Resultado líquido do exercício de 2011	-	-	-	-	-	3 220 695	3 220 695
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	6 039 104	3 171 532	31 540	4 074 711	13 316 887	3 220 695	16 537 582
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(698 509)	(698 509)
Constituição do fundo social	-	-	26 146	-	26 146	(26 146)	-
Utilização do fundo social	-	-	(7 700)	-	(7 700)	-	(7 700)
Constituições de reservas	-	644 139	-	-	644 139	(644 139)	-
Transferência de resultados de 2011	-	-	-	1 851 901	1 851 901	(1 851 901)	-
Resultado líquido do exercício de 2012	-	-	-	-	-	3 378 526	3 378 526
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6 039 104	3 815 671	49 986	5 926 612	15 831 373	3 378 526	(19 209 899)

USD'000	Capital social	Reservas	Fundo social	Resultados transitados	Total das reservas e fundos	Resultado líquido do exercício	Reserva de conversão	Total dos fundos próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	65 187	27 870	-	25 686	118 743	32 051	(230)	150 564
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(6 868)	-	(6 868)
Constituição do fundo social	-	-	343	-	343	(343)	-	-
Constituições de reservas	-	6 410	-	-	6 410	(6 410)	-	-
Transferência de resultados de 2010	-	-	-	18 429	18 429	(18 429)	-	-
Desvalorização cambial	(1 806)	(994)	(12)	(1 350)	(4 162)	-	(269)	(4 431)
Resultado líquido do exercício de 2011	-	-	-	-	-	34 301	-	34 301
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	63 381	33 286	331	42 765	139 763	34 301	(499)	173 565
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(7 441)	-	(7 441)
Constituição do fundo social	-	-	278	-	278	(278)	-	-
Utilização do fundo social	-	-	(80)	-	(80)	-	-	(80)
Constituições de reservas	-	6 860	-	-	6 860	(6 860)	-	-
Transferência de resultados de 2011	-	-	-	19 722	19 723	(19 722)	-	-
Desvalorização cambial	(359)	(327)	(7)	(640)	(1 333)	-	352	(982)
Resultado líquido do exercício de 2012	-	-	-	-	-	35 404	-	35 404
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	63 022	39 818	522	61 848	165 209	35 404	(148)	(200 466)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações
de Fluxo de Caixa**

 Referente aos exercícios findos
em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011	2012	2011
	AOA '000	AOA '000	USD '000	USD '000
I Fluxo de Caixa da Margem Financeira (I+II)	4 514 190	5 425 326	47 108	57 781
II Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+3+4)	8 109 513	9 154 317	84 628	97 495
1 Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez	19 237	32 231	201	343
2 Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	861 096	1 518 459	8 986	16 172
4 Recebimentos de Proveitos de Créditos	7 229 180	7 603 627	75 441	80 980
III Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6+7+8+9)	(3 595 323)	(3 728 991)	(37 519)	(39 714)
5 Pagamentos de Custos de Depósitos	(2 934 318)	(2 958 871)	-(30 621)	(31 513)
6 Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez	(402 332)	(397 325)	(4 199)	(4 232)
7 Pagamentos de Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	(75 631)	-	(805)
8 Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-
9 Pagamentos de Custos de Outras Captações	(258 673)	(297 164)	(2 699)	(3 165)
IV Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	26 132	51 266	273	546
V Fluxo de Caixa dos Resultados de Operações Cambiais	2 126 546	2 087 309	22 192	22 230
VI Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação dev Serviços Financeiros	2 317 226	2 086 802	24 182	22 225
VII Fluxo de Caixa dos Resultados de Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar	-	-	-	-
VIII Fluxo de Caixa Operacional da Intermediação Financeira (I+IV+V+VI+VII)	8 984 094	9 650 703	93 754	102 782
IX Fluxo de Caixa dos Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços	-	-	-	-
10 Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	(3 846 721)	(3 177 007)	(40 143)	(33 836)
11 Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado	(750 151)	-	(7 828)	-
12 Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos	1 375 810	-	14 357	-
13 Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações	(4 232 424)	(127 634)	(44 168)	(1 359)
14 Recebimentos de Proveitos de Imobilizações Financeiras	-	-	-	-
15 Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais	384 902	411 255	4 017	4 380
X Recebimentos e Pagamentos de Outros Proveitos e Custos Operacionais (10+11+12+13+14+15)	(7 068 584)	(2 893 386)	(73 765)	(30 815)
XI Fluxo de Caixa das Operações (VIII+IX+X)	1 915 510	6 757 317	19 989	71 967

16 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez	(507 012)	(2 011 457)	(5 291)	(21 422)
17 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	(194 035)	6 915 051	(2 025)	73 647
18 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-
19 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais	(774 166)	-	(8 079)	-
20 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	(13 035 863)	(8 005 016)	(136 037)	(85 255)
XII Fluxo de Caixa dos Investimentos de Intermediação Financeira (16+17+18+19+20)	(14 511 076)	(3 101 422)	(151 432)	(33 031)
XII Fluxo de Caixa dos Investimentos em Outros Valores	-	-	-	-
21 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	(6 590 067)	(3 121 955)	(68 771)	(33 249)
22 Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações	-	(31 782)	-	(338)
23 Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não-Operacionais	183 567	(342 000)	1 916	(3 642)
XIV Fluxo de Caixa das Imobilizações (21+22+23)	(6 406 500)	(3 495 737)	(66 856)	(37 230)
XV Fluxo de Caixa dos Investimentos (XII+XIII+XIV)	(20 917 576)	(6 597 159)	(218 287)	(70 261)
24 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	39 024 919	12 084 256	407 248	128 700
25 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez	6 201 050	-	64 712	-
26 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	(1 444 080)	-	(15 380)
27 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-
28 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Operações Cambiais	772 353	3 802	8 060	40
29 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações	(5 120 893)	(10 957 843)	(53 440)	(116 703)
XVI Fluxo de Caixa dos Financiamentos de Intermediação Financeira (24+25+26+27+28+29)	40 877 429	(313 865)	(426 580)	(3 343)
XVII Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Minoritários	-	-	-	-
30 Recebimentos por Aumentos de Capital	-	-	-	-
31 Pagamentos por Reduções de Capital	-	-	-	-
32 Pagamentos de Dividendos	(698 509)	(631 748)	(7 289)	(6 728)
33 Recebimentos por Alienação de Acções ou Quotas Próprias em Tesouraria	-	-	-	-
34 Pagamentos por Aquisição de Acções ou Quotas de Próprias em Tesouraria	-	-	-	-
XVIII Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Fundos Próprios (30+31+32+33+34)	(698 509)	(631 748)	(7 289)	(6 728)
XIX Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Obrigações	-	-	-	-
XX Fluxo de Caixa dos Financiamentos (XVI+XVII+XVIII+XIX)	40 178 920	(945 613)	419 291	(10 071)
Saldo em Disponibilidades no Início do Período	23 609 027	24 394 482	246 374	259 806
Saldo em Disponibilidades ao Final do Período (Nota 3)	44 785 881	23 609 027	467 367	251 441
Variações em Disponibilidades (XI+XV+XX)	21 176 854	(785 455)	220 993	(8 365)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

1. Constituição e actividade

O Banco de Negócios Internacional, S.A., doravante igualmente designado por "Banco", com sede em Luanda, é um Banco de capitais privados constituído em 02 de Fevereiro de 2006, tendo como objecto social o exercício da actividade bancária, nos termos e dentro dos limites da lei Angolana. A actividade comercial teve início no dia 13 de Novembro de 2006.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo nº 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por "BNA"), o qual passou a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2010 e actualizações subsequentes, nomeadamente a Directiva n.º 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se encontrem estabelecidos no CONTIF. Estes princípios poderão diferir dos geralmente aceites em outros países.

O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As demonstrações financeiras do BNI relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de Abril de 2013.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das demonstrações financeiras agora apresentadas.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, conforme Aviso n.º 15/2007, Art.º 5º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em milhares de Kwanzas (AOA'000) em observância da convenção do custo histórico e de acordo com os princípios contabilísticos e normas do Plano Contabilístico do Sistema Bancário conforme estabelecido pelo Banco Nacional de Angola.

No sentido de proporcionar a divulgação das demonstrações financeiras em referencial comparativo universal, as demonstrações financeiras são também apresentadas em milhares de Dólares Americanos (USD'000), de acordo com a seguinte política de conversão.

As taxas de câmbio AOA/USD utilizadas na preparação da informação financeira em USD foram as seguintes:

Exercício findo em	Taxa média	Taxa de encerramento
31.12.11	93,895	95,282
31.12.12	95,429	95,826

As demonstrações financeiras expressas em AOA foram convertidas para USD através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de encerramento – para a totalidade dos activos, passivos e capitais próprios;
- Taxa média – para a demonstração de resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para USD foram incluídas na rubrica de capitais próprios denominada "Reserva de conversão".

2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação as demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando:

a) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo; b) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior; c) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou d) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando: a) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro; b) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou c) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As operações em moeda estrangeira são convertidas com base na taxa de câmbio praticada no dia da operação (câmbio da operação). Os proveitos e os custos decorrentes de operações activas e passivas indexadas à variação cambial (não realizadas em moeda estrangeira) são registados nas contas representativas do proveito ou custo da aplicação ou captação efectuada.

Os activos e passivos não monetários, excepto participações financeiras, são registados ao custo histórico.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, adquiridos em moeda estrangeira, são convertidos para kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA na data da transacção.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio média publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contractos relativos a estas operações (forwards de moeda) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registada nas rubricas de "Operações cambiais" do activo ou do passivo, por contrapartida de resultados.

c) Créditos

Classificação dos créditos

Os créditos concedidos a Clientes são activos financeiros registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados ao longo da vida das operações de crédito independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são registados pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e perdas por imparidade

As responsabilidades relativas a créditos por assinatura são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso nº4/2011, de 8 de Junho, revogado pelo Aviso nº3/2012 de 28 de Março que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Micro crédito;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

As operações de crédito concedido a Clientes, incluindo os créditos por assinatura, são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso nº 3/2012, de 28 de Março do BNA, que veio revogar o Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a Clientes e a determinação das respectivas provisões.

Nos termos do Aviso nº 3/2012, o Banco classifica as operações de crédito concedido e os créditos por assinatura por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

As operações de crédito que registam incumprimento são classificadas em função dos níveis de risco associados ao crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das demonstrações financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A classificação das operações de crédito a um mesmo Cliente ou grupo económico, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

A revisão e reclassificação do nível de risco de uma operação decorrem da avaliação efectuada em Banco, tendo em consideração a percepção de risco associada à operação de crédito e a existência de eventuais garantias que estejam a colateralizar a dívida junto do Banco.

Sem prejuízo da revisão anteriormente descrita, a classificação das operações de crédito é revista mensalmente, em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento.

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação mensal.

Para os créditos concedidos a Clientes por prazos superiores a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período de tempo acima indicado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa e prestação de garantias

As provisões para créditos de liquidação duvidosa, destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito, incluído o crédito por assinatura e são constituídas mensalmente, resultando do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a

receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver.

Os níveis mínimos de provisionamento a aplicar a cada operação de crédito, em função do nível de risco em que a mesma se encontra classificada, são os seguintes:

Níveis de risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão mínima	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a data em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

As provisões para créditos de liquidação duvidosa assim calculadas asseguram o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo BNA, através do Aviso nº 3/2012, de 28 de Março.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo, na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" (Nota 8) e as provisões para garantias prestadas, avales prestados e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço e limites irrevogáveis de crédito são apresentadas no passivo, na rubrica "Provisões para responsabilidades prováveis na prestação de garantias" (Nota 17).

Créditos transferidos para prejuízo

Seis meses após a classificação de uma operação na Classe G, desde que a mesma apresente um atraso superior a 180 dias, o Banco abate esse crédito ao activo e utiliza a respectiva provisão (transferência de crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

Renegociação dos créditos transferidos para prejuízo

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa das responsabilidades. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados quando do seu efectivo recebimento.

Recuperação dos créditos

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de "Resultado não operacional".

Apropriação de proveitos

O Banco procede à anulação de juros vencidos há mais de 60 dias bem como não reconhece juros a partir dessa data, para as operações de crédito em incumprimento, até ao momento em que o Cliente regularize a situação.

d) Títulos e valores mobiliários

Classificação dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco, são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. O Conselho de Administração do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros corridos durante o prazo até o vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que regista o correspondente custo de aquisição.

O Banco classifica, de igual modo, os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

Títulos para negociação

São considerados títulos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

Títulos disponíveis para venda

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Títulos mantidos até o vencimento

São considerados títulos mantidos até o vencimento, aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter em carteira até ao seu vencimento, desde que haja capacidade financeira do Banco para tal.

Os títulos mantidos até o vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes de seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação "Proveitos a receber".

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica "Proveitos de títulos e valores mobiliários".

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas ao índice de Preços do Consumidor (IPC) encontram-se sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e os juros corridos são reflectidos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica "Proveitos de títulos e valores mobiliários".

Valor de mercado

A metodologia utilizada pelo Banco para apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
 - a. Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iii) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos com prazo de vencimento inferior a um ano, para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Transferência de títulos entre categorias

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Conselho de Administração do Banco.

A eventual transferência para categoria diversa deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- 1) na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já registados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- 2) na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do período:
 - i. imediatamente, quando transferidas para a categoria títulos para a negociação;
 - ii. em função do prazo remanescente até o vencimento, quando transferidas para a categoria títulos mantidos até o vencimento;
- 3) na hipótese de transferência da categoria mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:
 - i. imediatamente no resultado do período, quando transferidos para a categoria títulos para a negociação;
 - ii. como componente destacado nos fundos próprios, quando transferidos para a categoria títulos disponíveis para a venda.

Imparidade

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos.

e) Imobilizações financeiras

Participações em coligadas e equiparadas

São consideradas participações em coligadas ou equiparadas, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante, sem controlá-la.

O Banco aplica o método da equivalência patrimonial para a valorização das suas participações em coligadas e equiparadas nas seguintes situações:

- a) quando as participações societárias estejam em relação de grupo; ou
- b) quando as participações societárias sejam relevantes e o Banco tenha influência na sua administração, ou quando a percentagem de participação, directa ou indirectamente, representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da participada.

Uma participação societária considera-se em relação de grupo quando seja exercido um domínio sobre a Sociedade, reflectido através de um controlo operacional, nos casos em que tenham administração ou gestão comum, ou por um controlo societário, quando o controlo é obtido através do somatório da percentagem detida directamente pelo Banco, pelos seus administradores, controladores e empresas ligadas.

Uma participação societária considera-se relevante quando:

- a) o seu valor contabilístico for igual ou superior a 10% dos fundos próprios do Banco; ou
- b) o valor contabilístico das várias participadas, considerado em conjunto, for igual ou superior a 15% dos fundos próprios do Banco.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as imobilizações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Banco nos activos líquidos das correspondentes participadas. Os resultados do Banco incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas participadas.

Adicionalmente, o Banco deve constituir uma provisão para perdas, quando existir passivo a descoberto, na participada, e houver intenção manifesta do Banco em manter o seu apoio financeiro à mesma.

Deve deixar de ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, a participação societária em sociedades coligadas e equiparadas com efectiva e clara evidência de perda de continuidade de suas operações ou no caso em que estas estejam a operar sob severas restrições a longo prazo que prejudiquem significativamente a sua capacidade de transferir recursos para a investidora.

Nas situações em que a valorização pelo método da equivalência patrimonial não é aplicável, as imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de provisões para perdas.

Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira é objecto de actualização cambial, o resultado desta actualização cambial é reflectido na rubrica "Resultados de operações cambiais".

Participações em outras sociedades

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os rendimentos decorrentes desses investimentos, relativos a dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período. As participações adquiridas com dividendos propostos e não pagos (ex-dividendos) devem ter esses dividendos reconhecidos como custo de aquisição em contrapartida à respectiva conta no resultado do período.

Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira é objecto de actualização cambial, o resultado desta actualização cambial é reflectido na rubrica "Resultados de operações cambiais".

Outros investimentos

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como, património artístico.

f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a gastos com trespasses, organização e expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e software, sempre que o Banco consiga demonstrar que os mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas pelo seu custo de aquisição e amortizadas linearmente por duodécimos ao longo de um período de três anos, com excepção das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, as quais são amortizadas conforme o prazo expectável de duração do contrato de arrendamento ou pela vida útil das mesmas, se inferior.

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio (Edifícios)	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	10
Máquinas e ferramentas	6 e 10
Equipamento informático	6
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Equipamento de segurança	10

As imobilizações em curso, que correspondem, essencialmente, a Edifícios e a balcões/centros de atendimento em construção e ao respectivo mobiliário, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciarão a sua amortização quando os respectivos Edifícios e os balcões/centros de atendimento entrarem em funcionamento.

g) Redução no Valor Recuperável de Outros Activos (Imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

Na avaliação do indício de imparidade, a instituição deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

- 1) declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- 2) mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;

3) aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;

4) valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;

5) evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;

6) mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco;

7) Indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

h) Reserva de actualização monetária de imobilizações e dos fundos próprios

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 19/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

i. A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;

- ii. A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii. As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv. As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v. A taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária das imobilizações deve ser reflectido mensalmente a crédito na conta de "Resultado da Actualização Monetária", por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas das imobilizações.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de "Resultado da Actualização Monetária" da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica "Capital Social", que deve ser classificada numa rubrica específica ("Reserva de actualização monetária do Capital Social") que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2012 e 2011, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

i) Benefícios a Colaboradores

Responsabilidades com pensões de reforma

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei nº 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Adicionalmente, de acordo com a Lei 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador determina-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade.

Remuneração variável paga aos Colaboradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus Colaboradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada Colaborador, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos Colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de pagável no ano seguinte.

Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2012, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte (Nota 16).

j) Impostos sobre lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72º, da Lei nº 18/92, de 3 de Julho, sendo, actualmente, a taxa de Imposto aplicável de 35%, na sequência das alterações introduzidas pela Lei nº 5/99, de 6 de Agosto (Nota 31).

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2008 a 2012. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Reforma tributária

Em 30 de Dezembro de 2011 foi publicado um novo pacote legislativo que altera os principais códigos fiscais angolanos, introduzindo alterações significativas ao nível dos vários impostos que compõem o ordenamento jurídico-fiscal angolano.

No entanto, a maioria dos códigos fiscais ainda não foi distribuída na Imprensa Nacional, com excepção dos códigos do Imposto do Selo, Imposto sobre a Aplicação de Capitais e Imposto de Consumo.

Nesse sentido, as principais alterações que se espera que venham a ser introduzidas pela reforma fiscal podem ser resumidas como segue:

- Redução da taxa de imposto industrial de 35% para 30%;
- Tributação dos rendimentos de títulos e dos juros de aplicações financeiras em outras instituições de crédito em sede de Imposto de Aplicação de Capitais (IAC) à taxa de 10%/15%, ficando os mesmos excluídos de tributação, em sede de contribuição industrial. Os proveitos de títulos de dívida pública continuam a gozar de isenção fiscal;
- Tributação de variações patrimoniais positivas, com excepção das que decorrem de entradas de capital ou de coberturas de prejuízos efectuadas pelos titulares de capital;
- Limitação dos custos ou perdas dedutíveis e definição de custos e perdas não dedutíveis, sujeitos a tributação autónoma, incluindo custos não devidamente documentados;
- Revogação da tabela das taxas anuais de reintegrações e amortizações, aprovada pela Portaria nº 755/72, de 26 de Outubro, sendo aprovada uma nova tabela pelo Decreto executivo sobre amortizações e reintegrações do imobilizado;
- Auto-liquidação provisória de imposto industrial correspondente a 15% do resultado derivado de operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício anterior.

k) Provisões e contingências

Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Contingências passivas

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Contingências activas

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

l) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

m) Resultado por acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

n) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração do Banco, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de Provisões para créditos de liquidação duvidosa, Provisões para responsabilidades prováveis e Impostos sobre os lucros.

o) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras.

p) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo Banco Nacional de Angola.

3. Disponibilidades

A rubrica Disponibilidades é analisada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Disponibilidades	44 785 881	467 367	23 609 027	247 780
Caixa e disponibilidades Banco Central	24 458 539	255 239	19 072 946	200 173
Caixa	5 330 194	55 623	3 976 184	41 731
Notas e moedas nacionais	4 092 444	42 706	2 514 351	26 389
Notas e moedas estrangeiras				
Em Dólares dos Estados Unidos	792 049	8 266	1 178 155	12 365
Em Euros	431 899	4 507	269 595	2 829
Em Randes	10 773	112	11 692	123
Em Libras	3 029	32	2 391	25
Depósitos no Banco Central	19 128 345	199 616	15 096 762	158 443
Moeda nacional	13 231 523	138 079	10 074 525	105 734
Moeda estrangeira				
Em Dólares dos Estados Unidos	5 896 822	61 537	5 022 237	52 709
Disponibilidades instituições financeiras	20 327 342	212 128	4 536 081	47 607
Em instituições de crédito no país	314 409	3 281	166 740	1 750
Cheques a cobrar	314 409	3 281	166 740	1 750
Em instituições de crédito no estrangeiro	20 012 933	208 847	4 369 341	45 857
Depósitos à ordem				
Em Dólares dos Estados Unidos	19 638 082	204 936	3 466 506	36 381
Em Euros	355 426	3 709	877 554	9 210
Em Randes	1 863	19	339	4
Em Libras	17 562	183	24 942	262

A rubrica de Depósitos no Banco Central inclui o saldo junto do Banco Nacional de Angola com vista a satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa em moeda nacional e estrangeira.

As reservas obrigatórias são apuradas de acordo com o Instrutivo nº 02/2011, de 28 de Abril, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

O coeficiente aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de depósitos de Clientes é de 20% para moeda nacional e 15% para moedas estrangeiras, exceptuando os depósitos do governo central e governo local para os quais se aplica um coeficiente de 100% e 50% para moeda nacional e 100% e 0% para moeda estrangeira.

Os depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola, bem como os domiciliados em outras instituições de crédito no estrangeiro, não são remunerados.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro engloba os saldos das contas junto dos bancos correspondentes inserindo-se estes montantes na gestão da actividade corrente do Banco.

Os saldos junto de entidades relacionadas ascendem a AOA 18 153 472 milhares, equivalentes a USD 189 442 milhares (Nota 33).

4. Aplicações de liquidez

A rubrica Aplicações de liquidez é analisada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Aplicações de liquidez	5 676 096	59 233	5 166 523	54 223
Aplicações em instituições de crédito no país	-	-	500 050	5 248
Em Kwanzas	-	-	500 000	5 247
Proveitos a receber	-	-	50	1
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	5 676 096	59 233	4 666 473	48 975
Em Dólares dos Estados Unidos	4 937 430	51 525	2 813 204	29 525
Em Euros	732 710	7 646	1 849 924	19 415
Proveitos a receber	5 956	62	3 345	35

A 31 de Dezembro de 2011 a rubrica de Aplicações em instituições de crédito no país em Kwanzas é referente a aplicações junto do Banco Nacional de Angola.

A rubrica Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro inclui os colaterais de cartões de crédito VISA e MASTERCARD totalizando AOA 1 056 481 milhares (2011: AOA 1 050 485 milhares), equivalente a USD 11 025 milhares (2011: USD 11 025 milhares).

	2012		2011	
	Taxa Média	Montante Divisa	Taxa Média	Montante Divisa
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro				
Em Dólares dos Estados Unidos	0,40%	36 500	0,49%	18 500
Em Euros	0,49%	5 798	1,12%	8 000

Em 31 de Dezembro de 2012 os depósitos a prazo no estrangeiro venciam juros à taxas que variaram entre 0,20% e 1,25% para 10 operações em Dólares americanos, e entre 0,10% e 0,50% para as 4 operações em Euros. Em 31 de Dezembro de 2011 os depósitos a prazo no estrangeiro venciam juros às taxas de 0,42% e 0,80% para 3 operações em Dólares americanos, e entre 0,80% e 1,17% para as 3 operações em Euros.

O prazo residual de vencimento das operações a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é apresentado como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	5 676 096	59 233	5 166 523	54 223
Até 3 meses	2 655 513	27 712	3 780 623	39 679
De 3 a 6 meses	622 331	6 494	335 415	3 520
De 6 meses a 1 ano	958 467	10 002	-	-
Prazo indeterminado	1 439 785	15 025	1 050 485	11 024

5. Títulos e valores mobiliários

A rubrica Títulos e valores mobiliários é analisada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Títulos mantidos até ao vencimento	12 818 929	133 773	12 649 622	132 760
Títulos do Banco Central moeda nacional	1 569 936	16 383	592 800	6 221
Juros a receber	21 982	230	4 342	46
Bilhetes do Tesouro moeda nacional	4 965 840	51 822	7 801 540	81 878
Juros a receber	106 495	1 111	193 666	2 033
Obrigações do Tesouro moeda nacional indexados	5 342 997	55 757	2 341 720	24 577
Juros a receber	69 890	729	25 937	272
Obrigações do Tesouro moeda estrangeira	730 213	7 620	1 678 890	17 620
Juros a receber	11 576	121	10 726	113

A 31 de Dezembro de 2012, a carteira de títulos do banco era composta exclusivamente por títulos mantidos até ao vencimento, nomeadamente Títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas ao Dólar dos Estados Unidos da América, e Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira emitidas em 2007 e 2008 com vencimento entre 3 a 11 anos.

As taxas médias de remuneração dos títulos mantidos até ao vencimento em 2012 e 2011 são apresentadas como segue:

	2012 %	2011 %
Títulos mantidos até ao vencimento		
Títulos do Banco Central moeda nacional	3,88%	7,24%
Bilhetes do Tesouro moeda nacional	3,83%	6,16%
Obrigações do Tesouro moeda nacional indexados	8,95%	3,81%
Obrigações do Tesouro moeda estrangeira	3,90%	7,04%

A informação relativa à quantidade, valor nominal, valor de aquisição, valor médio de aquisição, valor de cotação e valor de balanço, encontra-se detalhada como se segue:

Natureza e espécie dos títulos	Emitente	Nível de Risco	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor do balanço	Taxa de Juro média
13030. Títulos de Investimento – Até ao vencimento			6 791 908	-	12 184 939	-	12 818 929	-
Bilhetes do tesouro	BNA	A	5 145 410	1 000	4 965 840	1 000	5 072 335	3,83%
Títulos do Banco Central	BNA	A	1 600 000	1 600 000	1 569 935	1 000	1 591 918	3,88%
Obrigações do Tesouro em MN	MINF	A	45 734	5 498 939	5 397 044	5 498 939	5 412 887	8,95%
Obrigações do Tesouro em ME	MINF	A	764	252 980	252 120	252 980	741 789	3,90%

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a análise da carteira de títulos, por maturidades, é apresentada como segue:

Títulos	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
< 3 meses	-	-	2 497 015	26 206
3 - 6 meses	3 503 662	36 563	4 032 128	42 318
6 - 12 meses	3 160 591	32 982	2 063 206	21 654
1 -5 anos	5 412 887	56 487	2 367 657	24 849
> 5 anos	741 789	7 741	1 689 616	17 733

6. Créditos no sistema de pagamentos

A rubrica Créditos no sistema de pagamentos é analisada como segue:

Créditos no sistema de pagamento	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Relações com correspondentes				
Compensação de valores - cartões	6 245	65	-	-
Compensação de valores - outros	4 160	44	-	-

7. Operações cambiais

A rubrica Operações cambiais é analisada como segue:

Operações cambiais - Activo	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Compra de moeda estrangeira - USD	774 166	8 079	-	-
Operações cambiais - Passivo	776 155	8 100	3 802	40
Venda de moeda nacional	776 155	8 100	3 802	40

A carteira de operações cambiais do Banco é composta por operações com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. Crédito Total

A rubrica de Crédito total é apresentada como segue:

Crédito total	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Crédito total	75 825 141	791 280	62 041 565	650 852
Crédito vivo e vencido	77 933 005	813 277	64 269 948	674 523
Em moeda nacional	56 778 073	592 513	39 249 616	411 931
Empresas	50 969 526	531 897	34 139 516	358 299
Particulares	5 808 547	60 616	5 110 100	53 631
Em moeda estrangeira	19 228 149	200 657	24 168 847	253 655
Empresas	17 903 138	186 830	21 898 158	229 824
Particulares	1 325 011	13 827	2 270 689	23 831
Juros a receber	1 926 783	20 107	851 485	8 937
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 25)	(2 107 864)	(21 997)	(2 255 383)	(23 671)

O Crédito total inclui o crédito vivo e vencido, os juros a receber líquidos de provisões e exclui as garantias prestadas e compromissos irrevogáveis.

O crédito total classificado como crédito vivo e crédito vencido é apresentado como segue:

Crédito vivo e vencido	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Crédito vivo	75 877 565	791 827	61 171 062	642 000
Moeda nacional	55 209 527	576 144	37 429 910	392 832
Moeda estrangeira	18 821 331	196 412	23 088 987	242 323
Juros a receber	1 846 707	19 271	652 165	6 845
Crédito vencido	2 055 440	21 450	3 098 886	32 523
Até 60 dias	573 024	5 980	366 685	3 848
Há mais de 60 dias	1 402 340	14 634	2 532 882	26 583
Juros a receber	80 076	836	199 319	2 092

No âmbito da política de recursos humanos do Banco, em 2012, o saldo de crédito concedido aos Colaboradores do Banco, foi de AOA 992 611

milhares (USD 10 359 milhares). Em 2011, o crédito concedido aos Colaboradores foi de AOA 839 150 milhares (USD 8 807 milhares).

A análise do crédito vivo e vencido por modalidade de financiamento é apresentada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Crédito vivo e vencido	77 933 005	813 277	64 269 948	674 523
Crédito rendas	13 751 953	143 509	15 889 830	166 766
Sector empresarial	8 813 168	91 970	10 348 477	108 609
Particulares	4 938 785	51 539	5 541 353	58 157
Financiamento	29 430 517	307 125	20 808 256	218 386
Sector público	690 582	7 207	967 988	10 159
Sector empresarial	26 971 994	281 469	18 645 119	195 683
Particulares	1 767 941	18 450	1 195 149	12 543
Contas correntes caucionadas	28 219 476	294 487	23 324 773	244 797
Sector empresarial	28 219 476	294 487	23 324 773	244 797
Cartões	259 929	2 713	197 893	2 077
Sector empresarial	32 650	341	31 088	326
Particulares	227 279	2 372	166 805	1 751
Descobertos	4 344 347	45 336	3 197 711	33 560
Sector público	-	-	9	0
Sector empresarial	4 144 794	43 253	2 720 220	28 549
Particulares	199 553	2 082	477 482	5 011
Juros a receber	1 926 783	20 107	851 485	8 936

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

A 31 de Dezembro de 2012 o crédito vivo e vencido por sector de actividade é apresentado como segue:

	2012	
	Crédito vivo e vencido	%
Total	77 933 005	100%
Prestação de serviços	26 395 762	33,87%
Particulares	7 133 920	9,15%
Comércio a grosso e a retalho	6 823 986	8,76%
Transporte, armazenagem e comunicação	6 021 867	7,73%
Instituições bancárias e intermediação monetária	1 322 468	1,70%
Construção geral	8 381 263	10,75%
Extração e preparação minérios	4 283 230	5,50%
Indústrias transformadoras	5 918 821	7,59%
Agricultura e pastorícia	8 655 104	11,11%
Órgãos públicos	785 790	1,01%
Alojamento e restauração	109 839	0,14%
Outros sectores	174 173	0,22%
Juros a receber	1 926 783	2,47%

	2012	
	Crédito vivo e vencido	%
Total	813 277	100%
Prestação de serviços	275 455	33,87%
Particulares	74 447	9,15%
Comércio a grosso e a retalho	71 212	8,76%
Transporte, armazenagem e comunicação	62 842	7,73%
Instituições bancárias e intermediação monetária	13 801	1,70%
Construção geral	87 463	10,75%
Extração e preparação minérios	44 698	5,50%
Indústrias transformadoras	61 766	7,59%
Agricultura e pastorícia	90 321	11,11%
Órgãos públicos	8 200	1,01%
Alojamento e restauração	1 146	0,14%
Outros sectores	1 818	0,22%
Juros a receber	20 107	2,47%

A 31 de Dezembro de 2011 o crédito vivo e vencido por sector de actividade é apresentado como segue:

2011		
AOA'000		
	Crédito vivo e vencido	%
Total	64 269 948	100%
Prestação de serviços	19 464 873	30,29%
Particulares	7 611 820	11,84%
Comércio a grosso e a retalho	6 923 487	10,77%
Transporte, armazenagem e comunicação	9 175 693	14,28%
Instituições bancárias e intermediação monetária	3 159 521	4,92%
Construção geral	7 214 976	11,23%
Extração e preparação minérios	3 450 492	5,37%
Indústrias transformadoras	3 442 948	5,36%
Agricultura e pastorícia	1 448 804	2,25%
Órgãos públicos	605 529	0,94%
Alojamento e restauração	101 336	0,16%
Outros sectores	818 985	1,27%
Juros a receber	851 484	1,32%

2011		
USD'000		
	Crédito vivo e vencido	%
Total	674 523	100%
Prestação de serviços	204 287	30,29%
Particulares	79 887	11,84%
Comércio a grosso e a retalho	72 663	10,77%
Transporte, armazenagem e comunicação	96 300	14,28%
Instituições bancárias e intermediação monetária	33 160	4,92%
Construção geral	75 722	11,23%
Extração e preparação minérios	36 213	5,37%
Indústrias transformadoras	36 134	5,36%
Agricultura e pastorícia	15 205	2,25%
Órgãos públicos	6 355	0,94%
Alojamento e restauração	1 064	0,16%
Outros sectores	8 595	1,27%
Juros a receber	8 936	1,32%

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

A análise do crédito vivo e vencido por prazos residuais de maturidade e por moeda, para o exercício de 2012, é apresentada como segue:

	Em moeda Nacional	Em moeda Estrangeira	2012 Total	2012 Total
	AOA'000	AOA'000	AOA'000	USD'000
Crédito vivo e vencido	56 778 073	19 228 149	77 933 005	813 277
Até 3 meses	17 271 395	6 495 199	23 766 594	248 018
De 3 meses a 1 ano	12 079 449	9 038 376	21 117 825	220 377
De 1 ano até 3 anos	6 580 152	472 291	7 052 443	73 596
De 3 anos até 5 anos	4 246 199	685 617	4 931 816	51 466
Mais de 5 anos	15 032 332	2 129 848	17 162 180	179 098
Prazo indeterminado	1 568 546	406 818	1 975 364	20 615
Juros a receber			1 926 783	20 107

A análise do crédito vivo e vencido por prazos residuais de maturidade e por moeda, para o exercício de 2011, é apresentada como segue:

	Em moeda Nacional	Em moeda Estrangeira	2011 Total	2011 Total
	AOA'000	AOA'000	AOA'000	USD'000
Crédito vivo e vencido	39 249 616	24 170 847	64 269 948	674 522
Até 3 meses	5 474 681	6 428 182	11 902 863	124 922
De 3 meses a 1 ano	9 451 567	8 149 570	17 601 137	184 727
De 1 ano até 3 anos	8 588 039	7 368 071	15 956 110	167 462
De 3 anos até 5 anos	6 315 568	202 757	6 516 325	68 390
Mais de 5 anos	9 381 939	2 018 906	11 400 845	119 654
Prazo indeterminado	37 822	3 362	41 184	431
Juros a receber			851 484	8 936

A análise do crédito vivo e vencido por moeda e taxas de Juro médias ponderadas da carteira de crédito é apresentada como segue:

	2012		2012		2011		2011	
	Taxa de juro média	Em moeda Nacional	Em moeda Nacional	Taxa de juro média	Em moeda Nacional	Em moeda Nacional		
		AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
Crédito vivo e vencido		77 933 005	813 277		64 269 948	674 523		
Kwanzas	13,27%	58 457 144	610 035	15,33%	39 927 773	419 049		
Euros (*)	0,00%	2 439 794	25 461	1,28%	5 666 587	59 472		
Dólares Americanos	8,48%	17 035 855	177 779	9,18%	18 675 157	195 997		
Randes	20,00%	212	2	40,00%	431	5		

(*) Trata-se do efeito líquido resultante de uma operação passiva.

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a análise da carteira de crédito entre residentes e não residentes é apresentada como segue:

	2012		2012		2011		2011	
		AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
	Crédito vivo e vencido		77 933 005	813 277		64 269 948	674 523	
Em moeda nacional		56 778 073	592 513		39 249 616	411 932		
Residentes		56 773 380	592 464		38 963 038	408 924		
Não Residentes		4 693	49		286 578	3 008		
Em moeda estrangeira		19 228 149	200 657		24 168 848	253 655		
Residentes		19 228 147	200 657		24 168 840	253 655		
Não Residentes		2	0		8	0		
Juros a receber		1 926 783	20 107		851 484	8 936		

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os 10 maiores Clientes do Banco representavam em conjunto 41,34% e 38,50% da carteira de crédito vivo e vencido, respectivamente.

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

A distribuição do crédito vivo e vencido por classe de risco e as respectivas provisões é apresentada como segue:

Risco	Nível	2012				Provisões	Taxa das Provisões
		Vivo	Vencido	Total	AOA'000		
Total		75 877 565	2 055 440	77 933 005	2 107 864	-	
Nulo	A	3 912 953	14 838	3 927 791	-	0%	
Muito Reduzido	B	67 535 990	296 675	67 832 665	696 093	1%	
Reduzido	C	3 502 276	478 804	3 981 080	113 456	3%	
Moderado	D	2 329	296 760	299 089	28 318	10%	
Elevado	E	160 853	281 793	442 646	83 821	20%	
Muito Elevado	F	36 167	357 707	393 874	186 464	50%	
Perda	G	726 997	328 863	1 055 860	999 712	100%	

Risco	Nível	2012				Provisões	Taxa das Provisões
		Vivo	Vencido	Total	USD'000		
Total		791 827	21 450	813 277	21 997	-	
Nulo	A	40 834	155	40 989	-	0%	
Muito Reduzido	B	704 778	3 096	707 874	7 264	1%	
Reduzido	C	36 548	4 997	41 545	1 184	3%	
Moderado	D	24	3 097	3 121	296	10%	
Elevado	E	1 679	2 940	4 619	875	20%	
Muito Elevado	F	377	3 733	4 110	1 946	50%	
Perda	G	7 587	3 432	11 019	10 433	100%	

Risco	Nível	2011				Provisões	Taxa das Provisões
		Vivo	Vencido	Total	AOA'000		
Total		61 171 061	3 098 886	64 269 948	2 255 383	-	
Nulo	A	12 989 573	-	12 989 573	-	0%	
Muito Reduzido	B	43 559 269	366 018	43 925 288	594 727	1%	
Reduzido	C	3 514 731	428 116	3 942 848	125 817	3%	
Moderado	D	722 178	318 342	1 040 520	110 677	10%	
Elevado	E	145 543	490 644	636 187	135 338	20%	
Muito Elevado	F	1 439	1 046 275	1 047 714	557 211	50%	
Perda	G	238 328	449 491	687 819	731 612	100%	

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Risco	Nível	2011				
		Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		642 000	32 523	674 523	23 671	-
Nulo	A	136 328	-	136 328	-	0%
Muito Reduzido	B	457 162	3 841	461 003	6 242	1%
Reduzido	C	36 888	4 493	41 381	1 320	3%
Moderado	D	7 579	3 341	10 920	1 162	10%
Elevado	E	1 527	5 149	6 677	1 420	20%
Muito Elevado	F	15	10 981	10 996	5 848	50%
Perda	G	2 501	4 717	7 219	7 678	100%

A recuperação de créditos transferidos para prejuízo ascendeu a AOA 1 556 820 milhares (USD 16 314 milhares) em 2012 e a AOA 825 951 milhares (USD 8 797 milhares) em 2011.

Os movimentos de provisões para crédito de liquidação duvidosa são analisados como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Saldo em 1 de Janeiro	2 255 383	23 671	1 381 491	14 912
Dotações líquidas de reversões	300 585	3 150	1 938 373	20 644
Utilizações e reposições	(448 104)	(4 676)	(1 064 481)	(11 172)
Diferença cambial	-	(148)	-	(713)
Saldo em 31 de Dezembro	2 107 864	21 997	2 255 383	23 671

9. Outros valores

A rubrica Outros valores é analisada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Outros valores	6 792 528	70 884	1 272 302	13 352
Devedores diversos	6 185 260	64 547	668 788	7 019
Despesas antecipadas	85 799	895	88 473	928
Material de expediente	30 982	323	30 982	325
Bens não de uso próprio	484 059	5 051	484 059	5 080
Outros adiantamentos	6 428	68	-	-

10. Imobilizações financeiras

A rubrica Imobilizações financeiras é analisada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Imobilizações financeiras	1 637 265	17 086	381 058	3 999
Participações em outras sociedades	183 473	1 915	39 058	410
Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL	36 848	385	39 058	410
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	146 625	1 530	-	-
BNI Consultoria de Bancos e Seguros, S.A.	1 453 792	15 171	342 000	3 589

Em 27 de Abril de 2012, o BNI reforçou a participação no capital do BNI Consultoria de Bancos e Seguros, S.A. em EUR 9 150 milhares (AOA 1 156 332 milhares). A 31 de Dezembro de 2012, o Banco detém uma participação de AOA 1 453 792 milhares (USD 15 171 milhares) no BNI Consultoria de Bancos e Seguros, S.A., que, mediante aprovação da entidade reguladora, será transformado no BNI Europa, S.A.

Em 6 de Agosto de 2012, o Banco participou no aumento de capital da sociedade Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A., subscrevendo 1 275 acções no valor global de AOA 146 625 milhares (USD 1 530 milhares).

A descrição das participações é a seguinte:

Empresa	Moeda	Capital Social (em milhares)	Espécie	% Participação	N.º de Acções detidas
Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL	AOA	1 518	Acções	3%	1 000
BNI Consultoria de Bancos e Seguros, S.A.	EUR	25 000	Acções	51%	-
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	AOA	287 500	Acções	51%	1 275

11. Imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso

A rubrica de Imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso apresentam o seguinte movimento durante o exercício de 2012:

AOA'000					
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-11	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31-Dez-12
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	7 100 425	3 557 298	-	3 914 054	14 571 777
Outras imobilizações corpóreas	5 523	-	-	-	5 523
Imobilizações em curso	4 695 322	1 243 572	(308 066)	(4 100 708)	1 530 120
Imobilizado corpóreo	11 801 270	4 800 870	(308 066)	(186 654)	16 107 420
Imobilizado incorpóreo	983 447	532 990	(25 165)	(66 281)	1 424 991
Amortizações acumuladas					
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(1 375 081)	(1 404 687)	-	(1 647)	(2 781 415)
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(1 375 081)	(1 404 687)	-	(1 647)	(2 781 415)
Imobilizado incorpóreo	(786 142)	(194 350)	1 645	52 018	(929 829)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	10 426 190	3 396 183	(308 066)	(188 301)	13 326 005
Imobilizado incorpóreo líquido	197 305	338 640	(23 520)	(14 263)	498 162

USD'000						
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-11	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Diferenças cambiais de conversão	Saldo em 31-Dez-12
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	74 520	37 123	-	40 845	(423)	152 065
Outras imobilizações corpóreas	58	-	-	-	-	58
Imobilizações em curso	49 278	12 977	(3 215)	(42 793)	(280)	15 968
Imobilizado corpóreo	123 856	50 100	(3 215)	(1 948)	(703)	168 090
Imobilizado incorpóreo	10 321	5 562	(263)	(692)	(59)	14 871
Amortizações acumuladas						
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(14 432)	(14 720)	-	(17)	143	(29 026)
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(14 432)	(14 720)	-	(17)	143	(29 026)
Imobilizado incorpóreo	(8 251)	(2 036)	17	543	(55)	(9 672)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	109 424	35 380	(3 215)	(1 965)	(560)	139 065
Imobilizado incorpóreo líquido	2 071	3 525	(245)	(149)	(4)	5 199

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica de Imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso apresentam o seguinte movimento durante o exercício de 2011:

AOA'000					
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-10	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31-Dez-11
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	4 444 225	2 656 200	-	-	7 100 425
Outras imobilizações corpóreas	10 658	-	-	(5 135)	5 523
Imobilizações em curso	4 440 109	255 213	-	-	4 695 322
Imobilizado corpóreo	8 894 992	2 911 413	-	(5 135)	11 801 270
Imobilizado incorpóreo	772 905	210 542	-	-	983 447
Amortizações acumuladas					
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(751 618)	(660 377)	-	36 914	(1 375 081)
Outras Imobilizações Corpóreas	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(751 618)	(660 377)	-	36 914	(1 375 081)
Imobilizado incorpóreo	(588 396)	(197 746)	-	-	(786 142)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	8 143 374	2 251 036	-	31 779	10 426 190
Imobilizado incorpóreo líquido	184 509	12 796	-	-	197 305

USD'000						
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-10	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Diferenças cambiais de conversão	Saldo em 31-Dez-11
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	47 972	27 877	-	-	(1 329)	74 520
Outras imobilizações corpóreas	115	-	-	(54)	(3)	58
Imobilizações em curso	47 927	2 678	-	-	(1 327)	49 278
Imobilizado corpóreo	96 014	30 556	-	(54)	(2 659)	123 856
Imobilizado incorpóreo	8 343	2 210	-	-	(231)	10 321
Amortizações acumuladas						
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(8 113)	(7 033)	-	387	327	(14 432)
Outras Imobilizações Corpóreas	-	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(8 113)	(7 033)	-	387	327	(14 432)
Imobilizado incorpóreo	(6 351)	(2 106)	-	-	206	(8 251)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	87 901	23 523	-	334	(2 332)	109 424
Imobilizado incorpóreo líquido	1 992	104	-	-	(24)	2 071

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de imobilizado incorpóreo contemplava custos pluri- anuais, software e organismos em expansão.

A rubrica imobilizações em curso refere-se essencialmente a agências em construção.

12. Depósitos

A rubrica de Depósitos de Clientes a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é apresentada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Depósitos	125 102 191	1 305 516	86 224 047	904 934
Depósitos à vista	50 545 499	527 472	34 633 553	363 484
Em moeda nacional	34 402 776	359 013	24 425 392	256 348
Em moeda estrangeira	16 142 723	168 459	10 208 161	107 136
Depósitos a prazo	59 127 524	617 031	51 574 962	541 287
Em moeda nacional	34 251 514	357 435	27 499 302	288 609
Em moeda estrangeira	24 385 181	254 474	23 438 056	245 986
Juros a pagar	490 829	5 122	637 604	6 692
Outros depósitos	15 429 168	161 013	15 532	163

Em 31 de Dezembro de 2012 os saldos das entidades relacionadas ascendem a AOA 1 943 420 milhares (USD 20 281 milhares) e em 31 de Dezembro de 2011 ascendem a AOA 4 368 545 milhares (USD 45 849 milhares), conforme a nota 33.

A decomposição dos depósitos a prazo em função da sua duração residual e por moeda é a seguinte forma:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Depósitos a prazo	59 127 524	617 031	51 574 962	541 287
Em moeda nacional	34 251 514	357 435	27 499 302	288 609
Até 3 meses	23 959 663	250 033	21 288 581	223 427
De 3 a 6 meses	7 028 208	73 344	2 560 062	26 868
De 6 meses a 1 ano	3 263 535	32 874	3 649 156	38 298
Mais de 1 ano	108	1 184	1 503	16
Em moeda estrangeira	24 385 181	254 474	23 438 056	245 986
Até 3 meses	14 655 278	152 937	15 858 083	166 433
De 3 a 6 meses	2 256 723	23 550	3 957 297	41 532
De 6 meses a 1 ano	7 438 399	77 624	3 601 850	37 802
Mais de 1 ano	34 781	363	20 826	219
Juros a pagar	490 829	5 122	637 604	6 692

A 31 de Dezembro de 2012 os depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros à taxa de 5,99%. Os depósitos a prazo em Dólares norte americanos e em Euros venciam juros a taxa de 4,70% e 5,45%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 os depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros à taxa de 8,78%. Os depósitos a prazo em Dólares norte americanos e em Euros venciam juros a taxa de 4,14% e 4,42%, respectivamente.

13. Captações
de liquidez

A rubrica Captações de liquidez é analisada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Captações de liquidez	6 201 050	64 712	-	-
Tomadas de posição a curto-prazo em moeda nacional	6 201 050	64 712	-	-

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Captações de liquidez era composta por tomadas de posição a muito curto prazo, junto de bancos nacionais, em moeda nacional e em Dólares norte americanos, com taxas médias de 6,20% e 3,25%, respectivamente.

14. Obrigações no sistema de pagamentos

A rubrica Obrigações no sistema de pagamentos é analisada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Obrigações no sistema de pagamentos	2 241 542	23 392	855 327	8 977
Relações entre agências	-	-	5 141	54
Recursos de terceiros em trânsito	-	-	5 141	54
Recursos de outras entidades	2 241 542	23 392	850 186	8 923
Compensação de cheques e outros papéis	304 215	3 175	128 068	1 344
Outros pendente de liquidação	1 626 516	16 973	39 066	410
Relações com correspondentes	310 811	3 244	683 052	7 169

A rubrica Obrigações no sistema de pagamentos é composta essencialmente por valores a aguardar compensação junto da Visa, Mastercard, e Emis.

15. Outras captações para liquidez

A rubrica Outras captações para liquidez é analisada como se segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Outras captações para liquidez	5 274 529	55 043	10 366 214	108 795
Dívida subordinada	4 867 157	50 792	4 837 949	50 775
Valor nominal	4 791 295	50 000	4 764 105	50 000
Juros a pagar	75 862	792	73 844	775
Outras captações	407 372	4 251	5 528 265	58 020
Depósitos de instituições de crédito no estrangeiro	-	-	4 939 810	51 844
Recursos pré-pagos	407 372	4 251	588 455	6 176

Entre 11 de Junho a 1 de Julho de 2010 o Banco emitiu 5 000 obrigações subordinadas no valor nominal de USD 10 cada, com vencimento previsto a partir do 7º ano após o início da subscrição.

Os juros vencem a uma taxa fixa de 6% ao ano, pagos trimestral e postecipadamente.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16. Outras obrigações

A rubrica Outras obrigações é apresentada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Outras obrigações	2 961 851	30 908	1 674 048	17 569
Dividendos a pagar	11 766	123	11 556	121
De natureza fiscal	837 454	8 739	904 831	9 496
De natureza cível	1 928 618	20 125	572 825	6 012
Pessoal, salários e remunerações	181 669	1 896	153 647	1 613
Outros custos administrativos	2 344	25	31 189	327

A rubrica Outras Obrigações de natureza fiscal inclui o montante de AOA 750 151 milhares (2011: AOA 869 918 milhares) referente a imposto industrial, a liquidar, conforme mencionado na nota 31.

A 31 de Dezembro de 2012 a rubrica Outras Obrigações de natureza cível inclui o montante de AOA 1 283 076 milhares referente a cauções recebidas de Clientes.

17. Provisões para responsabilidades prováveis

A rubrica Provisões para responsabilidades prováveis refere-se a provisões para contingências fiscais e por responsabilidades de natureza administrativa.

Os movimentos da rubrica durante 2012 e 2011 são analisados como se segue:

AOA'000	11/12/31	Dotações	Reposições	Utilizações	12/12/31
Provisões para responsabilidades prováveis	55 572	332 332	(10 544)	-	377 361
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	-	78 983	-	-	78 983
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	-	60 000	-	-	60 000
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	-	59 149	-	-	59 149
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias e crédito doc.	55 572	134 201	(10 544)	-	179 229

AOA'000	10/12/31	Dotações	Reposições	Utilizações	11/12/31
Provisões para responsabilidades prováveis	87 719	55 572	(56 933)	(30 787)	55 572
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	42 135	-	(42 135)	-	-
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	14 798	-	(14 798)	-	-
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias	30 787	55 572	-	(30 787)	55 572

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

USD'000	11/12/31	Dotações	Reposições	Utilizações	Diferenças cambiais de conversão	12/12/31
Provisões para responsabilidades prováveis	583	3 372	-	-	(17)	3 938
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	-	828	-	-	(4)	824
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	-	628	-	-	(2)	626
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	-	620	-	-	(3)	617
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias e crédito doc.	583	1 296	-	-	(8)	1 871

USD'000	10/12/31	Dotações	Reposições	Utilizações	Diferenças cambiais de conversão	11/12/31
Provisões para responsabilidades prováveis	938	592	(607)	(323)	(17)	583
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	455	-	(449)	-	(6)	-
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	160	-	(158)	-	(2)	-
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias	323	592	-	(323)	(9)	583

18. Capital social

O Banco de Negócios Internacional foi constituído com um capital social de AOA 1 606 960 milhares (USD 20 000 milhares à taxa de câmbio de AOA 80,35 em 2 de Fevereiro de 2006), representado por 2 000 000 de acções de valor nominal equivalente a USD 10 cada.

Durante os exercícios de 2008 e 2010, o Banco realizou aumentos de capital no montante de AOA 2 559 033 milhares e AOA 1 873 111 milhares, respectivamente. Assim sendo, a 31 de Dezembro de 2012, o capital social do Banco é de AOA 6 039 104 milhares (USD 63 022 milhares), integralmente subscrito e realizado, dividido e representado por 2 000 000 acções, com valor nominal de AOA 3 milhares (USD 32) cada.

As participações accionistas apresentam-se da seguinte forma:

Accionistas	Nº Acções	Valor AOA'000	% Participações
Mário Abílio Pinheiro Moreira Palhares	565 600	1 707 858	28,28%
João Baptista de Matos	232 600	702 348	11,63%
Valdomiro Minoru Dondo	135 200	408 243	6,76%
Luis Manuel Neves	108 200	326 716	5,41%
José Teodoro Garcia Boyol	108 200	326 716	5,41%
Ivan Leite de Morais	105 800	319 469	5,29%
Óscar Tito Cardoso Fernandes	100 400	303 163	5,02%
Luis Filipe Lopes da Silva Duarte	100 000	301 955	5,00%
Rute Marisa Proença Brito	100 000	301 955	5,00%
Arnaldo Leiro Octávio	86 400	260 889	4,32%
Joaquim Manuel Nunes	74 000	223 447	3,70%
Leonel da Rocha Pinto	64 200	193 855	3,21%
Kanda Nimi Kassoma	63 000	190 232	3,15%
Rui da Cruz	42 200	127 425	2,11%
Mário de Almeida Dias	42 200	127 425	2,11%
Manuel Arnaldo Calado	22 000	66 430	1,10%
Carlos Manuel de Carvalho Rodrigues	20 000	60 391	1,00%
Conselho Nacional de Carregadores	20 000	60 391	1,00%
António de Sousa Marques de Oliveira	10 000	30 196	0,50%
	2 000 000	6 039 104	100%

Dando cumprimento ao n.º 3, do art.º 446 da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro, as detenções de capital por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização são as seguintes:

Accionista	Cargo	Aquisição	Nº Acções	% Participações
Mário Palhares	Presidente	Valor Nominal	565 600	28,28%
José Teodoro Garcia Boyol	Vice-Presidente	Valor Nominal	108 200	5,41%
Luis Manuel Neves	Presidente Conselho Fiscal	Valor Nominal	108 200	5,41%
Joaquim Manuel Nunes	Administrador	Valor Nominal	74 000	3,70%
Carlos M. de Carvalho Rodrigues	Administrador	Valor Nominal	20 000	1,00%

A 20 de Março de 2013, o Conselho de Administração, deliberou propor em Assembleia-Geral a seguinte aplicação de resultados:

Reserva legal - AOA 675 705 milhares (20,00% do resultado líquido);
Resultados transitados - AOA 1 942 653 milhares (57,50% do resultado líquido);
Dividendos - AOA 760 168 milhares (22,50% do resultado líquido).

O Resultado líquido do exercício, no montante de AOA 3 378 526 milhares, corresponde a um lucro por acção de AOA 1 689 milhares (2011 foi de AOA 1 610 milhares).

19. Reservas, fundos e resultados transitados

A rubrica de Reservas, fundos e resultados transitados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é apresentada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Reservas e fundos	3 865 657	40 340	3 203 072	33 617
Reserva legal	2 330 576	24 321	1 686 437	17 699
Fundo social	49 986	522	31 540	331
Outras reservas	1 485 095	15 497	1 485 095	15 586
Resultados transitados	5 926 612	61 848	4 074 711	42 765

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, o Banco tem transferido anualmente para esta reserva 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20. Proveitos de instrumentos financeiros activos

A rubrica Proveitos de instrumentos financeiros activos é apresentada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Proveitos de instrumentos financeiros activos	9 162 645	96 015	9 154 317	97 495
De aplicações de liquidez	21 798	228	32 231	343
De títulos e valores mobiliários	836 368	8 764	1 518 459	16 172
Mantidos até ao vencimento	836 368	8 764	1 518 459	16 172
De crédito	8 304 479	87 023	7 603 627	80 980

A rubrica Proveitos de aplicações de liquidez reflecte os proveitos recebidos pelo Banco relativamente aos depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro, assim como de operações no mercado monetário interfinanceiro.

A rubrica Proveitos de títulos e valores mobiliários respeitam aos juros de títulos da dívida pública, nomeadamente títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

A rubrica Proveitos de crédito reflecte os juros dos contractos de créditos concedidos a Clientes.

21. Custos de instrumentos financeiros passivos

A rubrica Custos de instrumentos financeiros passivos é analisada como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Custos de instrumentos financeiros activos	3 477 756	36 443	3 728 991	39 714
De depósitos	2 787 543	29 210	2 958 871	31 513
De depósitos à ordem	18 054	189	10 594	113
De depósitos a prazo	2 769 489	29 021	2 948 276	31 400
De captações liquidez	402 332	4 216	397 325	4 232
De certificados de depósitos	-	-	75 631	805
De outras captações	287 881	3 017	297 164	3 165
De captações com dívida subordinada	287 881	3 017	283 017	3 014
De outras captações contratadas	-	-	14 147	151

A rubrica Custos de captações liquidez inclui os juros pagos pela utilização de linhas de crédito concedidas por instituições de crédito no estrangeiro, assim como os juros pagos relativamente a captações de liquidez a curto prazo no mercado monetário interfinanceiro.

A 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Certificados de depósitos referia-se a juros pagos a Clientes que aplicaram as suas poupanças em certificados de depósitos. Note-se que este produto foi descontinuído pelo Banco em 2011.

22. Resultados em operações cambiais

A rubrica Resultados em operações cambiais é apresentada como segue:

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Resultados em operações cambiais	2 152 678	22 558	2 140 473	22 796
Reavaliação da posição cambial				
Lucros	2 126 546	22 284	2 087 309	22 230
Prejuízos	26 132	274	51 266	546
Líquido	2 152 678	22 558	2 138 575	22 776
Outros ganhos e perdas	-	-	1 898	20

Os resultados em operações cambiais registam a reavaliação da posição cambial do Banco, bem como o resultado das operações cambiais realizadas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23. Resultado da prestação de serviços financeiros

A rubrica Resultado da prestação de serviços financeiros é apresentada como segue:

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Resultado da prestação de serviços financeiros	2 317 226	24 282	2 086 802	22 225
Comissões recebidas	3 352 774	35 133	2 581 236	27 491
Cartões visa e mastercard	1 433 032	15 017	894 550	9 527
Transferências	553 277	5 798	440 986	4 697
Abertura de linhas de crédito	522 118	5 471	519 459	5 532
Crédito documentário	222 825	2 335	137 917	1 469
Outras operações bancárias	204 913	2 147	230 069	2 450
Outros serviços bancários	392 402	4 112	292 522	3 115
Outros compromissos	24 207	253	65 358	696
Títulos	-	-	369	4
Comissões pagas	(1 035 548)	(10 851)	(494 434)	(5 266)
Cartões visa e mastercard	(965 578)	(10 118)	(435 845)	(4 642)
Linhas de crédito irrevogáveis	(63 328)	(663)	(53 519)	(570)
Outras comissões	(6 642)	(70)	(5 069)	(54)

A rubrica Outras operações bancárias refere-se a proveitos com comissões de gestão da carteira de crédito.

para arrecadação de receitas no montante de AOA 219 790 milhares (2011: AOA 206 454 milhares).

A rubrica Outros serviços bancários inclui proveitos com comissões resultantes do protocolo celebrado entre o Banco e o Ministério das Finanças para

A rubrica Outros compromissos inclui proveitos com prémios de garantias prestadas no montante de AOA 22 792 milhares (2011: AOA 62 523 milhares).

24. Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A rubrica Provisões para crédito de liquidação duvidosa regista as dotações líquidas de reversões e é apresentada como segue:

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Total	424 242	4 446	1 993 945	21 236
Crédito interno	300 585	3 150	1 938 373	20 644
Responsabilidades prováveis	123 657	1 296	55 572	592

25. Custos com o pessoal

A rubrica de Custos com pessoal é apresentada como segue:

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Custos com pessoal	1 893 030	19 837	1 579 277	16 820
Órgãos de gestão e fiscalização	302 377	3 169	248 946	2 652
Salário base	259 809	2 723	222 496	2 370
Subsídios	42 568	446	26 450	282
Empregados	1 463 602	15 337	1 224 388	13 040
Salário base	1 155 179	12 105	983 791	10 478
Subsídios	308 423	3 232	240 597	2 562
Encargos sociais	127 051	1 331	105 943	1 128
Obrigatórios	119 584	1 253	97 039	1 033
Facultativos	7 467	78	8 904	95

O número de Colaboradores do Banco no final do exercício de 2012 foi de 569 (464 em 2011), dividindo-se nas seguintes categorias profissionais:

	2012	2011
Administradores	5	5
Assessores	2	2
Directores	13	13
Responsáveis de departamento	32	10
Coordenadores de CN	6	6
Gerentes	52	41
Técnicos	459	387
	569	464

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

26. Fornecimentos de terceiros

A rubrica de Fornecimento de terceiros é apresentada como segue:

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Fornecimentos de terceiros	2 518 754	26 394	1 989 161	21 185
Comunicações	94 561	991	85 438	910
Água e energia	16 251	170	10 489	112
Transportes, deslocamentos e alojamentos	170 445	1 786	235 460	2 508
Publicações, publicidade e propaganda	261 627	2 742	160 962	1 714
Segurança, conservação e reparação	120 922	1 267	69 039	735
Auditorias e consultorias	932 801	9 775	794 078	8 457
Seguros	99 200	1 040	81 299	866
Alugueres	336 641	3 528	258 881	2 757
Materiais diversos	299 062	3 134	124 449	1 325
Outros fornecimentos de terceiros	187 243	1 961	169 066	1 801

A rubrica de Auditorias e consultorias inclui serviços de consultoria informática no montante de AOA 316 635 milhares (2011: AOA 209 052 milhares), segurança no montante de AOA 378 143

milhares (2011: AOA 177 831 milhares) e serviços especializados ascendem a AOA 120 685 milhares (2011: AOA 269 461 milhares).

27. Depreciações e amortizações

A rubrica de Depreciações e amortizações é apresentada como segue:

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Depreciações e amortizações	1 599 037	16 756	858 123	9 139
Imobilizações corpóreas	1 406 457	14 738	660 380	7 033
Imóveis de serviço próprio	735 082	7 703	358 500	3 818
Outras imobilizações corpóreas	266 048	2 788	10 442	111
Equipamento	405 327	4 247	291 438	3 104
Imobilizações incorpóreas	192 580	2 018	197 743	2 106

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 integrava o imobilizado incorpóreo custos plurianuais, software e organismos em expansão.

28. Provisões sobre outras responsabilidades prováveis

A rubrica Provisões sobre outras responsabilidades prováveis é analisada como segue:

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Provisões sobre outras responsabilidades prováveis	(198 132)	(2 076)	56 933	606
Provisões s/ resp. prováveis de natureza fiscal	(78 983)	(828)	42 135	449
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	(60 000)	(628)	-	-
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	(59 149)	(620)	14 798	158

29. Outros proveitos e custos operacionais

A rubrica de Outros proveitos e custos operacionais é analisada como segue:

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Outros proveitos e custos operacionais	384 901	4 033	411 255	4 380
Outros proveitos operacionais	1 115 736	11 692	582 022	6 197
Anuidades	153 660	1 610	107 531	1 145
Outras prestações de serviços	262 234	2 748	279 747	2 980
Outros proveitos	699 842	7 334	194 744	2 072
Outros custos operacionais	(730 835)	(7 658)	(170 767)	(1 817)
Regulares	(20)	-	(4 985)	(53)
Furtos	(960)	(10)	(6 802)	(71)
Irregulares	(3)	-	-	-
Custos e prejuízos diversos	(729 852)	(7 648)	(158 980)	(1 693)

A 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de Outros proveitos inclui o montante de AOA 617 858 milhares, (USD 6 448 milhares) referentes à recuperação de créditos (capital e juros) transferidos para prejuízo.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

30. Resultado não operacional

A rubrica de Resultado não operacional é apresentada como se segue:

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Resultados não operacionais	183 567	1 924	394 137	4 198
Ganhos e perdas nas imobilizações	-	-	(389)	(3)
Imobilizações financeiras	-	-	(34)	-
Imobilizações corpóreas	-	-	(76)	-
Imobilizações incorpóreas	-	-	(279)	(3)
Resultado na alienação de imobilizações	-	-	53 368	568
Imobilizações corpóreas	-	-	53 368	568
Ajustes de exercícios anteriores	183 567	1 924	339 901	3 620
Ganhos de exercícios anteriores	677 416	7 099	768 846	8 188
Perdas de exercícios anteriores	(493 849)	(5 175)	(428 945)	(4 568)
Outros resultados não operacionais	-	-	1 256	13
Diferenças irreconciliáveis	-	-	1 256	13

31. Encargos sobre o resultado corrente

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2012 a tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72º, da Lei n.º 18 / 92, de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 5 / 99, de 6 de Agosto (notas 2.2 j).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados ascende ao montante de AOA 750 151 milhares e AOA 869 118 milhares, respectivamente.

32. Balanço
por moedasEstrutura do balanço por moedas a 31 de Dezembro
de 2012:

AOA'000	Dólares	Euros	Randes	Libras	Kwanzas	Total
Total Activo	50 080 258	5 190 102	12 848	22 980	106 838 389	162 144 578
Disponibilidades	26 326 953	787 325	12 636	20 591	17 638 376	44 785 881
Aplicações de liquidez	4 942 184	733 912	-	-	-	5 676 096
Títulos e valores mobiliários	741 789	-	-	-	12 077 140	12 818 929
Créditos no sist. de pagamentos	46	-	-	-	10 359	10 405
Operações cambiais	774 166	-	-	-	-	774 166
Crédito total	17 121 423	2 439 794	212	-	56 263 712	75 825 141
Outros valores	173 697	1 229 071	-	2 389	5 387 371	6 792 528
Imobilizações	-	-	-	-	15 461 432	15 461 432
Total Passivo	(58 390 159)	(4 483 035)	(6 011)	(707)	(80 054 768)	(142 934 679)
Depósitos	(51 870 161)	(4 319 424)	(6 010)	(707)	(68 905 890)	(125 102 191)
Captações de liquidez	-	-	-	-	(6 201 050)	(6 201 050)
Obrigações no sist. de pagamentos	(1 524 113)	(136 883)	-	-	(580 546)	(2 241 542)
Operações cambiais	-	-	-	-	(776 155)	(776 155)
Outras captações	(4 870 522)	-	-	-	(404 007)	(5 274 529)
Outras obrigações	(125 363)	(26 728)	(1)	-	(2 809 759)	(2 961 851)
Provisões para resp. prováveis	-	-	-	-	(377 361)	(377 361)
Total dos Fundos Próprios	8 309 901	(707 067)	(6 837)	(22 273)	(26 783 621)	(19 209 899)

Estrutura do balanço por moedas a 31 de Dezembro
de 2011:

AOA'000	Dólares	Euros	Randes	Libras	Kwanzas	Total
Total Activo	34 376 210	8 676 028	73 017	31 870	61 554 914	115 716 592
Disponibilidades	9 666 899	1 147 149	12 031	27 333	12 755 615	23 609 027
Aplicações de liquidez	2 815 165	1 851 308	-	-	500 050	5 166 523
Títulos e valores mobiliários	1 689 616	-	-	-	10 960 006	12 649 622
Operações cambiais	1 524 514	-	-	-	(1 524 514)	-
Créditos	18 675 157	5 666 587	431	-	37 672 390	62 014 565
Outros valores	4 859	10 984	60 555	4 537	1 191 367	1 272 302
Imobilizações	-	-	-	-	11 004 553	11 004 553
Total Passivo	(35 137 723)	(8 766 477)	(6 320)	(361)	(55 268 129)	(99 179 010)
Depósitos	(30 247 308)	(3 612 751)	(6 320)	(361)	(52 357 307)	(86 224 047)
Obrigações no sist. de pagamentos	(46 960)	(213 916)	-	-	(594 451)	(855 327)
Operações cambiais	-	-	-	-	(3 802)	(3 802)
Outras captações	(4 839 490)	(4 939 810)	-	-	(586 914)	(10 366 214)
Outras obrigações	(3 965)	-	-	-	(1 670 083)	(1 674 048)
Provisões para resp. prováveis	-	-	-	-	(55 572)	(55 572)
Total dos Fundos Próprios	(761 513)	(90 449)	(66 697)	31 509	(15 650 432)	(16 537 582)

33. Partes relacionadas

Accionistas

Mário Abílio Pinheiro Moreira Palhares
João Baptista de Matos
Valdomiro Minoru Dondo
Luis Manuel Neves
José Teodoro Garcia Boyol
Ivan Leite de Morais
Óscar Tito Cardoso Fernandes
Luis Filipe Lopes da Silva Duarte
Rute Marisa Proença Brito
Arnaldo Leiro Octávio
Joaquim Manuel Nunes
Leonel da Rocha Pinto
Kanda Nimi Kassoma
Rui da Cruz
Mário de Almeida Dias
Manuel Arnaldo Calado
Carlos Manuel de Carvalho Rodrigues
Conselho Nacional de Carregadores
António de Sousa Marques de Oliveira

Orgãos Sociais

Mário Palhares	Presidente do Conselho de Administração
José Teodoro Garcia Boyol	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Carlos Rodrigues	Administrador Executivo
Joaquim Manuel Nunes	Administrador Executivo
Sandro Africano	Administrador Executivo
João de Matos	Presidente Mesa de Assembleia Geral
Bornito de Sousa	Vice-Presidente Mesa de Assembleia Geral
Luis Manuel Neves	Presidente Conselho Fiscal
Licínio de Assis	Vogal Conselho Fiscal
Dina Maria Leote de Oliveira	Vogal Conselho Fiscal

Empresas subsidiárias e associadas

Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL
BNI Consultoria de Bancos e Seguros, S.A.
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.

Outras entidades relacionadas

Predigest – Empreendimentos, Lda.	Cliente
BPI – Banco Privado Internacional	Correspondente

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante global de activos, passivos e responsabilidades extra patrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

	AOA'000				
	Accionistas	Membros dos Orgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	693 752	8 092	307 097	18 153 472	19 162 413
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	18 153 472	18 153 472
Crédito total (Nota 8)	693 752	8 092	-	-	701 844
Outros valores (Nota 9)	-	-	307 097	-	307 097
Passivo	1 921 543	21 877	-	-	1 943 420
Depósitos (Nota 12)	1 921 543	21 877	-	-	1 943 420

	USD'000				
	Accionistas	Membros dos Orgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	7 240	84	3 205	189 442	199 971
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	189 442	189 442
Crédito total (Nota 8)	7 240	84	-	-	7 324
Outros valores (Nota 9)	-	-	3 205	-	3 205
Passivo	20 052	228	-	-	20 281
Depósitos (Nota 12)	20 052	228	-	-	20 281

Em 31 de Dezembro de 2011, o montante global de activos, passivos e responsabilidades extra patrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

AOA'000					
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	8 187	4 437	40 624	-	53 248
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	40 624	-	40 624
Crédito total (Nota 8)	8 187	4 437	-	-	12 624
Outros valores (Nota 9)	-	-	-	-	-
Passivo	4 106 652	112 269	149 624	-	4 368 545
Depósitos (Nota 12)	4 106 652	112 269	149 624	-	4 368 545

USD'000					
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	86	47	426	-	559
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	426	-	426
Crédito total (Nota 8)	86	47	-	-	132
Outros valores (Nota 9)	-	-	-	-	-
Passivo	43 100	1 178	1 570	-	45 849
Depósitos (Nota 12)	43 100	1 178	1 570	-	45 849

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

AOA'000					
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	94 997	23 967	-	-	118 964
Crédito (Nota 20)	94 997	23 967	-	-	118 964
Custos	114 633	9 023	25 480	-	149 136
Depósitos (Nota 21)	114 633	9 023	25 480	-	149 136

USD'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	995	251	-	-	1 247
Crédito (Nota 20)	995	251	-	-	1 247
Custos	1 201	95	267	-	1 563
Depósitos (Nota 21)	1 201	95	267	-	1 563

Em 31 de Dezembro de 2011, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

AOA'000					
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	64 849	8 833	-	-	73 681
Crédito (Nota 20)	64 849	8 833	-	-	73 681
Custos	163 955	8 431	-	-	172 386
Depósitos (Nota 21)	163 955	8 431	-	-	172 386

USD'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	691	94	-	-	785
Crédito (Nota 20)	691	94	-	-	785
Custos	1 746	90	-	-	1 836
Depósitos (Nota 21)	1 746	90	-	-	1 836

34. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2012	2012	2011	2011
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Responsabilidades perante terceiros	17 286 358	180 393	20 396 858	214 068
Garantias prestadas	11 235 983	117 254	9 117 427	95 689
Compromissos assumidos perante terceiros	6 050 375	63 139	11 279 431	118 379

Os montantes de garantias prestadas são apresentados como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Garantias prestadas	11 235 983	117 254	9 117 427	95 689
Garantias prestadas	7 170 185	74 825	5 557 220	58 324
Crédito documentário	4 065 798	42 429	3 560 207	37 365

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus Clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os montantes de Responsabilidades por prestações de garantias são apresentados como segue:

	2012		2011	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Responsabilidades por prestação de serviços	10 676 787	111 419	12 007 042	126 015
Serviços prestados por terceiros	12 610 021	131 593	12 534 590	131 552
Depósito e guarda de valores	12 610 021	131 593	12 534 590	131 552
Cobrança	-	-	-	-
Serviços prestados pela instituição	1 933 234	20 174	527 548	5 537
Depósito e guarda de valores	-	-	190 564	2 000
Cobrança	1 933 234	20 174	336 984	3 537

Os compromissos assumidos perante terceiros representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os Clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente requerem o pagamento de uma comissão.

35. Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

36. Factos relevantes

O BNI celebrou um contrato no dia 5 de Fevereiro de 2013, de uma linha de crédito concedida pelo Commerz Bank no valor de EUR 40 000 milhares (AOA 3 833 036 milhares), destinada a financiar a importação de equipamento básico alemão para diversos projectos de desenvolvimento industrial em Angola, contribuindo assim para o desenvolvimento económico do país.

15. Parecer Auditoria



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Rua do Assalto ao Quartel de Moncade, nº15 - 2º
Luanda - Angola

Telefone: +244 227 28 01 01
Fax: +244 227 28 01 19

Relatório do Auditor Independente

**Aos Accionistas do
Banco de Negócios Internacional, S.A.**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Banco de Negócios Internacional, S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 162.144.578 milhares de AKZ e um total de fundos próprios de 19.209.899 milhares de AKZ, incluindo um resultado líquido de 3.378.526 milhares de AKZ), a demonstração de resultados, a demonstração de mutações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as os princípios estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (“CONTIF”) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”), e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Negócios Internacional, S.A., em 31 de Dezembro de 2012 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.

Luanda, 10 de Abril de 2013

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.



16. Parecer Conselho Fiscal

BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, S.A

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1 – Dando cumprimento ao mandato que V^{as} Ex^{as}. nos conferiram e em conformidade com as disposições legais em vigor no País, bem como os Estatutos do **BNI - Banco de Negócios Internacional, S.A.**, vimos submeter à apreciação de V^{as} Ex^{as}., o nosso parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2012.

2 - O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pelo Banco durante o exercício económico findo, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos que julgadas pertinentes, tendo em função disso, concluído que as mesmas foram preparadas em obediência aos princípios contabilísticos geralmente aceites e normas estabelecidas para o sector.

3 – A actividade do Banco, no decorrer do exercício económico em análise, continuou a caracterizar-se por uma estratégia de consolidação da sua estrutura hierárquica e funcional e no desenvolvimento da sua actividade Comercial, baseada na execução do Plano de Actividade e Orçamento reportados ao exercício findo, tendo como pontos de relevante importância, a inauguração da sua sede, adopção da sua nova imagem institucional, sustentando as acções que visam os objectivos já almejados e previstos.

4 – Suportado na opinião e parecer dos auditores independentes que referem estarem as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados para os diversos elementos patrimoniais, em conformidade com os requisitos legais estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola, merecem a concordância do Conselho Fiscal, pelo que as Contas que são presentes aos Exm^{os}. Senhores Accionistas, reflectem os registos contabilísticos expressos nos respectivos balancetes e demais elementos que compõem as Demonstrações Financeiras.

5 – Face ao referido no ponto anterior, a situação económica e financeira pode ser resumida do seguinte modo:

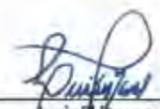
a) - A Demonstração de Resultados apresenta um Lucro Líquido em milhares em AKZ no valor 3.378.526, decorrente de Proventos Operacionais e não Operacionais no valor de milhares de AKZ 14.258.061 e de Custos Operacionais e Não Operacionais no valor de milhares AKZ 10.129.384, respectivamente;

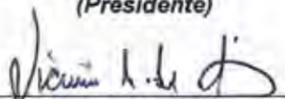
b) - O balanço apresenta um total do Activo em milhares de AKZ 162.144.578, um total do Passivo de milhares de AKZ 142.934.679, e o Capital e Fundos Próprios no valor de milhares de AKZ 19.209.899 que inclui os resultados líquidos transitados e do exercício.

7 – O Conselho Fiscal enaltece o Conselho de Administração e todo colectivo de trabalhadores pelos esforços consentidos no sentido de dinamizar e consolidar o processo de um Banco diferenciado, no segmento do mercado financeiro.

6 – Assim, com base no exposto, é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição Financeira e Patrimonial do **BNI - Banco de Negócios Internacional, S.A.**, naquela data, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral, visando a sua aprovação.

Luanda, 10 de Abril de 2013.


 Luis Neves
 (Presidente)


 Licínio de Assis
 (1º Vogal).


 Dina Leote
 (2º Vogal)

1



2



BancoBNI

Banco de Negócios Internacional